

Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta

Relatório de Pesquisa



Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta

Relatório de Pesquisa

ipea

Governo Federal

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**
Ministro interino Marcelo Côrtes Neri



Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcelo Côrtes Neri

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Luiz Cezar Loureiro de Azeredo

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Renato Coelho Baumann das Neves

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Hamilton Matos dos Santos

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Rogério Boueri Miranda

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Rafael Guerreiro Osorio

Chefe de Gabinete

Sergei Suarez Dillon Soares

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

João Cláudio Garcia Rodrigues Lima

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Marcha das Margaridas: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta

Relatório de Pesquisa

ipea

FICHA TÉCNICA

Coordenação da pesquisa

Alexandre Arbex Valadares e Claudia Mara Pedrosa.

Elaboração do relatório final

Alexandre Arbex Valadares, Claudia Mara Pedrosa, Brancolina Ferreira e Marcelo Galiza Pereira de Souza.

Colaboração técnica

Antonio Teixeira Lima Junior e Fabio Alves, da Coordenação de Desenvolvimento Rural/Ipea; e Sara Deolinda Pimenta, Eryka Galindo, Anna Carolina Teixeira e Junior C. Dias, da Coordenação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

Agradecimentos

Os autores e colaboradores deste relatório manifestam especial agradecimento aos milhares de mulheres do campo e da floresta que, ao se deslocarem de todas as partes do país para tomar parte na Marcha das Margaridas, tornaram possível esta pesquisa. A todas elas, nosso respeito e reconhecimento.

Agradecem ainda a colaboração de Bruna Sichi no trabalho de tabulação dos dados; a Paula Ricon pela revisão técnica e conceitual da seção 6; e a outros membros das Coordenações de Desenvolvimento Rural e Igualdade de Gênero e Raça, do Ipea, por terem auxiliado, em momentos diversos, na construção da pesquisa.

Especialmente, agradecem ao conjunto dos entrevistadores contratados, que, além de terem realizado a tarefa de aplicação dos questionários, ajudaram a dar a este instrumento um formato final e tabularam os resultados recolhidos em campo: Ana Carolina Laureano Brandão, Ana Paula Rabelo, Ana Regina Neri, Andréia Marreiro Barbosa, Caetana de Andrade Martins Pereira, Camila de Souza Marques Silva, Dina Santos Araujo, Fernanda Ferreira Araujo, Gessyca de Sousa Santiago, Irmina Anna Walczak, Jesumilde Pereira Lima, João Elias de Oliveira Costa Sobrinho, Julia Matinatto Salvagni, Juliana de Castro Galvão, Juliana Siqueira, Karla Gonçalves Martins, Layla Jorge Teixeira Cesar, Luciana Larissa Mesquita Mendes, Lucileia Ana de Paula Maia, Maira Lins Bomfim, Maria Antonia dal Bello, Marília Vilela Alencastro Veiga, Nanah Sanches Vieira, Raquel Moreira de Souza, Roberta Paes Landim Plácido, Roberta Vieira Senda, Suelen Gonçalves dos Anjos, Tamille Sales Dias, Thais Malheiros Gawryszewski e Viviam Catarina de Oliveira.

Além de integrantes da equipe de pesquisa, colaboraram voluntariamente na aplicação dos questionários: Carla Gabrieli Galvão de Souza, Elizabeth Marins, Luciana Servo, Maria Aparecida Abreu, Martha Cassiolato, Renata Queiroz Dutra e Silvânia de Araújo Carvalho.

Participaram, também como voluntárias, servidoras da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM).

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES ENTREVISTADAS.....	12
3 MULHERES COM DOMICÍLIO EM ÁREA RURAL: CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À TERRA E À PRODUÇÃO	21
4 TRABALHO, RENDA E USO DO TEMPO	26
5 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL	34
6 VIOLÊNCIA.....	40
7 SEGURANÇA PÚBLICA	51
8 EXPERIÊNCIAS RELATADAS, ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO NO PROCESSO DA PESQUISA	54
REFERÊNCIAS	59

1 INTRODUÇÃO

“Por que a senhora veio para a Marcha das Margaridas?”

“Vim para mudar a realidade do campo e não ser forçada a ir para a cidade”. “Vim para reivindicar terra, água e direitos, a gente sofre muito com a seca, não tem água nem pra plantar nem pra beber”. “Vim para lutar pela permanência da lei de aposentadoria para a trabalhadora rural”. “Vim em busca de uma proposta da presidenta para pessoas do campo que vivem da reforma agrária”. “Vendemos muitas coisas para poder pagar o ônibus e vir atrás dos nossos direitos”. “Vim para conhecer outros movimentos, expor meus produtos e fortalecer a luta”. “Vim para lutar pelo reconhecimento do trabalho das agricultoras”. “Vim para representar meu acampamento, estou há sete anos acampada”. “Vim porque fui escolhida dentro do movimento social das ribeirinhas”. “Vim porque não quero mais continuar chorando por ver tanta violência”. “Vim porque é preciso ter coragem, aqui é bonito, mas nada chega à base”. “Vim porque uma só andorinha não faz verão”. “Vim porque anseio ver as mulheres terem liberdade, justiça e dignidade”. “Vim para lutar pelas margaridas que sofrem agressão”. “Vim para gritar pelos direitos de todas aquelas que não puderam vir”. “Vim para prestigiar uma mulher que deu a vida pela nossa luta”. “Vim porque, se a gente não se manifestar, quem vai interferir por nós? Os homens?”. “Vim porque onde moro as mulheres não têm os mesmos direitos que os homens”. “Minha mãe veio nas marchas anteriores e me incentivou a vir nesta”. “Vim porque achei importante, não é para mim, é para meus netos”. “Vim para conhecer o movimento Margarida; eu sabia que era uma flor, e não uma mulher batalhadora”. “Essa marcha é história, aqui me sinto forte”. “A gente luta pela vida” (Mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, entrevistadas na Marcha das Margaridas).

Este relatório apresenta os principais dados coletados na Pesquisa *Perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta*, realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) durante a Marcha das Margaridas de 2011. A divulgação deste trabalho atende a uma previsão contida no Acordo Técnico celebrado entre as coordenações de Desenvolvimento Rural e de Igualdade de Gênero, do Ipea, e a Coordenação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Em dezembro de 2012, foi publicada a primeira versão deste relatório, em caráter preliminar. Esta versão atualiza e completa os indicadores apresentados anteriormente, ampliando – em especial – as análises sobre trabalho, renda, participação social e violência.

A Marcha das Margaridas integra a agenda política do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), de movimentos feministas e de mulheres. Vindas de todas as regiões do país, suas dezenas de milhares de participantes marcham para reivindicar direitos em favor das mulheres do campo e da floresta, denunciar as condições precárias a que estão expostas e fazer valer o reconhecimento de sua condição de sujeitos políticos e de trabalhadoras.

O projeto da pesquisa originou-se da participação do Ipea em um encontro que reuniu, na sede da CONTAG, em Brasília, cerca de cinquenta representantes e dirigentes sindicais de estados de todo o país, com o objetivo de discutir a plataforma política da marcha, programada para dali a quatro meses. O Ipea fora convidado a apresentar um conjunto de informações sobre pobreza rural, com enfoque em questões de gênero, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao final do encontro, uma interpelação do público surpreendeu os expositores: as mulheres presentes afirmaram que não se reconheciam nos dados mostrados. A contestação não poderia deixar de soar desconcertante a um grupo técnico que, habituado a tomar as pesquisas oficiais como espelho fiel da realidade, imaginava oferecer àquelas mulheres seu próprio retrato. Tornou-se logo patente que tais dados – que, entre outras coisas, classificavam quase metade da população feminina rural como *não ocupada*¹ – não encontravam correspondência nos relatos com que as dirigentes descreviam seu cotidiano e o cotidiano das mulheres de suas regiões.

1. Do total de 12,081 milhões de mulheres com domicílio rural e com idade igual ou superior a 10 anos, a PNAD 2009 registra 6,071 milhões de não ocupadas (pela situação de ocupação).

Esse contraste inspirou a ideia de elaborar uma pesquisa que tentasse dar visibilidade ao trabalho das mulheres, a suas rotinas repletas de ocupações e afazeres variados, mas não apenas isso: outras questões importantes, como sua formação e seus saberes, sua trajetória de vida e a exposição delas à violência doméstica e social deveriam ser abordadas. Para o último tema, dispunha-se de valiosa referência precedente: uma pesquisa realizada pela Secretaria de Mulheres da CONTAG, em 2008, acerca da violência e da discriminação de gênero sofrida pelas mulheres do campo, na vida doméstica, sindical e social.

A pesquisa visou construir uma amostra com participantes de todas as regiões presentes à marcha. A intenção inicial de aplicar questionários em número suficiente para redundar em uma amostra estatisticamente generalizável, logo apresentou seus limites. Em primeiro lugar, ante o propósito de fazer uma pesquisa que fosse de certo modo alternativa aos dados oficiais, não fazia sentido repetir, na forma, as mesmas questões já presentes nos levantamentos do IBGE; o desejo de evitá-las, mas, ao mesmo tempo, de abordar os mesmos temas, acabou por acentuar o lado qualitativo da pesquisa. Ademais, o fato de o universo da marcha ter uma composição específica – diferenças quanto à representatividade regional, grau significativo de politização e outras características – não permitia julgar que os dados apurados na pesquisa fossem extensíveis ao conjunto das mulheres rurais como um todo. Por fim, embora a CONTAG tenha envidado esforços para garantir uma representação mínima por região – o que, aliás, assegurou a inclusão de mulheres de todas as Unidades da Federação (UFs) na amostra –, as proporções revelaram-se, *a posteriori*, discrepantes. Isto se deveu à própria dinâmica de um movimento da magnitude política da Marcha das Margaridas. O planejamento não podia prevalecer sobre a iniciativa de tantas mulheres que afluíam à sala da pesquisa, movidas pelo desejo de contar sua história. Com efeito, todas foram recebidas e entrevistadas. Por isso, embora as possibilidades de generalização da pesquisa sejam restritas, ela vale por si mesma, pois os problemas que revela efetivamente existem.

1.1 Metodologia e equipe

A elaboração do questionário – instrumento de coleta dos dados da pesquisa – resultou do trabalho conjunto de técnicos do Ipea e da CONTAG e teve seu ponto de partida no estudo dos documentos norteadores da plataforma política da marcha e dos materiais produzidos nas reuniões organizadas pelas coordenações nos estados e municípios, durante a etapa preparatória do movimento. Dessas referências foi extraído o conjunto de temas que compôs o questionário: *i)* características sociais das mulheres; composição de seus domicílios, percepção das relações intrafamiliares e de sua posição na família; *ii)* participação política e social; *iii)* percepção acerca do seu trabalho, em suas diversas modalidades; condição econômica; e *iv)* o grau de exposição às situações de violência ao longo da vida.

Um questionário, além de ser instrumento de aferição de informações, subentende um conjunto de premissas que são postas à prova no campo, razão pela qual o seu aperfeiçoamento depende de testes de aplicação. O processo de elaboração do questionário desta pesquisa compreendeu, entretanto, apenas dois meses de trabalho. Nesse curto período, não foi possível realizar senão apenas um pré-teste, que teve lugar na sede da CONTAG, em Brasília, onde se reuniam algumas lideranças femininas envolvidas

com a organização da marcha em seus estados. A especificidade do grupo – constituído, em sua maioria, por mulheres que ocupavam funções de direção nos sindicatos rurais locais e residiam, ainda que temporariamente, em áreas urbanas – não permitiu a efetuação de modificações no questionário que presumissem a generalização dos perfis e das trajetórias de vida encontrados nesse grupo, mas a ampla análise que as entrevistadas, com base em sua experiência política, fizeram do instrumento contribuiu para que as questões se tornassem mais objetivas e se concentrassem mais sobre os problemas de fato recorrentes no universo de vida das trabalhadoras rurais, evitando temas que, conquanto importantes, seriam de difícil captação. Graças a essa crítica, o detalhamento inicialmente previsto das condições de acesso das entrevistas a um rol de políticas públicas determinadas – políticas de crédito rural, de compra de alimentos, de transferência de renda e de atendimento às mulheres vítimas de violência – foi reduzido de tal forma que o levantamento das informações a esse respeito fosse pautado menos pela pressuposição do conhecimento das entrevistas das siglas ou nomes das políticas e mais pela sua percepção dos problemas e da existência ou não de uma ação do Estado em reposta a eles.

Assim, por exemplo, as questões relativas ao acesso a crédito e compra pública da produção, justamente por concernirem a políticas de cobertura muito restrita, foram, na sua forma direta, suprimidas do questionário, que, em todo caso, seguiu reservando espaço a esse tema na seção relativa aos obstáculos e dificuldades que, na opinião da entrevistada com domicílio rural, podem tornar a produção familiar insuficiente em face das necessidades da família. As perguntas acerca do conhecimento e do acesso das mulheres a políticas públicas específicas de atendimento às vítimas de violência, que, em versão anterior, citavam nominalmente tais políticas, foram sintetizadas em uma só questão, que, indagando a entrevistada, em termos gerais, sobre seu conhecimento da existência de órgãos ou políticas de proteção às mulheres em seu município, solicitava-lhe, em caso de resposta afirmativa, se ela podia informar a quais se referia. Tais alterações levaram em conta o fato de que essas políticas, cuja concepção privilegia, em geral, a realidade das mulheres da cidade, têm pouco efeito sobre a vida de mulheres que vivem em áreas rurais mais afastadas de centros urbanos e que se encontrariam, por vezes, em situação de completo desamparo se denunciasses o cônjuge ou companheiro. Uma das entrevistadas nesse pré-teste observou, quanto a isso, que seria impossível para uma mulher que vive numa área rural remota no Pará fazer uma denúncia de violência pelo Disque 180: em primeiro lugar, ela não teria acesso ao telefone; além disso, caso efetivasse a denúncia, não teria meios próprios para se deslocar a uma cidade próxima.

Outras alterações foram feitas a partir desse teste, orientadas pelo objetivo de reduzir a extensão do questionário, cujo tempo de aplicação ultrapassava, na versão preliminar, sessenta minutos. Sucessivas simulações de aplicação contribuíram para a consecução desses ajustes. O duplo propósito de abordar diversos aspectos da vida das mulheres trabalhadoras rurais e de empregar critérios de aferição diferentes dos adotados nas pesquisas oficiais impunha a tarefa de tornar o questionário abrangente e de, ao mesmo tempo, permitir o aprofundamento de alguns temas. A busca pelo equilíbrio entre esses dois compromissos explica por que foi preciso retirar do questionário as seções relativas à saúde da mulher e direitos reprodutivos: dadas a delicadeza e a complexidade desses temas, bastante mobilizadores do ponto de vista psicológico, considerou-se que seria inadequado percorrê-los apressadamente, sem cuidados prévios que garantissem o

estreitamento da relação de confiança entre entrevistadas e entrevistadoras; ademais, o questionário já incluía uma longa seção sobre “violência”, cuja introdução seria precedida de um breve esclarecimento pelo qual o entrevistador informava, atenciosamente, a entrevistada a respeito do assunto e solicitava a sua anuência para seguir adiante. Esse procedimento indispensável consumia um tempo significativo na aplicação. Desse modo, para não sobrecarregar o questionário com mais de um tema emocionalmente sensível e por não poder tratar sobre saúde da mulher e direitos reprodutivos com a deferência e a calma necessárias, abriu-se mão dessas questões.

Chegou-se a uma versão final do questionário com 46 perguntas, com um espaço final reservado à anotação das observações dos entrevistadores. O procedimento de aplicação estabelecia a seguinte dinâmica: o entrevistador apresentava-se, informando à entrevistada os objetivos do questionário e o caráter sigiloso das respostas e, em seguida, pedia permissão para iniciá-lo. Lia os enunciados de todas as perguntas, em voz alta, de maneira pausada, e, após ouvir a resposta da entrevistada, classificava-a entre alternativas já previamente elencadas para cada questão. Essas alternativas, à exceção das que compunham as questões relativas à identidade política e à participação social, não eram lidas. Os entrevistadores contavam com a possibilidade de assinalar mais de uma alternativa em determinadas questões e, nas que não continham alternativas fechadas – notadamente nas questões sobre renda e sobre uso do tempo –, foram instruídos a, em caso de dificuldades de captar a informação, recolocar a questão de outra forma e refazê-la tantas vezes quantas fossem necessárias até obter uma resposta satisfatória.

A construção desse documento foi obra conjunta das equipes do Ipea e da CONTAG e contou, na etapa final desse processo, com a participação das entrevistadoras contratadas para a pesquisa: após um exercício de simulação da aplicação do questionário, em que eles, divididos em dupla, assumiam ora o papel de entrevistadores ora o de entrevistados, realizou-se uma atividade de leitura do instrumento de pesquisa durante a qual eles tiveram a oportunidade de criticá-lo e apontar suas fragilidades. Essa atividade foi decisiva para a definição do formato do questionário, afinal, aplicado na Marcha das Margaridas.

Os trinta entrevistadores participantes da pesquisa (29 mulheres e 1 homem), contratados após seleção por chamada pública e por meio de recursos de auxílio a pesquisador do Ipea, passaram por um treinamento, dividido em cinco módulos de quatro horas, durante o qual, por uso de metodologias ativas, procurou-se apresentar o objetivo da pesquisa, recapitulando as questões que a motivaram, e transmitir um conhecimento básico da realidade das mulheres do campo e da floresta. Além disso, foram realizadas dinâmicas de grupo e demonstrações de exemplos com a finalidade de propiciar aos entrevistadores uma apropriação mais precisa das questões abordadas e habituá-los aos roteiro de aplicação. O curto período que o calendário, já bastante restrito, franqueava a essa preparação acarretou ligeiras discrepâncias no rendimento dos entrevistadores no campo, mas, sanados os problemas mais sérios de captação das informações – o que importou na exclusão de alguns questionários preenchidos –, chegou-se ao número final de *611 questionários* completos e válidos. Complicações operacionais relacionadas à tabulação e à digitalização dos dados dos questionários acarretaram, além de grande atraso no processo, algumas perdas de informação, já debitadas desse número final.

A coleta dos dados foi realizada nos dias 15 e 16 de agosto de 2011, no Pavilhão do Parque da Cidade, local onde milhares de participantes se concentravam para a marcha. Buscou-se dar às perguntas uma linguagem clara e acessível, organizando-as por blocos temáticos, em uma sequência lógica que favorecesse, na aplicação, o conforto, a privacidade e a integridade das respondentes. O bloco que abordou questões da violência seguiu os preceitos éticos propostos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) (WHO, 2001) para pesquisas que abordam a violência de gênero.

A postura que norteou a pesquisa seguiu a ética dialógica definida por Spink (2004), nos termos da qual, a relação entre pesquisadores e participantes se deve pautar pelo reconhecimento da alteridade. Assim, os entrevistadores foram orientados a interromper a aplicação do questionário, caso percebessem que a entrevistada não estava confortável. A equipe também contou com o apoio de uma especialista em atendimento a mulheres em situação de violência, disponível para entrevistadas e entrevistadores que exprimissem necessidade de conversar sobre temas que os tivessem sensibilizado ao longo do questionário. Doze pessoas receberam esse atendimento. Os entrevistadores mostraram-se sempre solidários com as mulheres, respeitando o consentimento de cada participante para prosseguir com a entrevista.

Embora se tenha empreendido amplo esforço para construir uma pesquisa que respondesse aos anseios do movimento organizado das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta, cumpre reconhecer que esse intento foi atingido apenas em parte. As limitações do instrumento de pesquisa, assinaladas anteriormente, somadas às difíceis condições de aplicação do questionário em um ambiente coletivo e ruidoso, pouco adequado à exposição de temas de caráter pessoal, trouxeram problemas adicionais à execução do trabalho, cujos efeitos, não previstos no seu planejamento, se fizeram sentir no campo. No entanto, se, por um lado, essas dificuldades se prendem aos inescapáveis imperativos de uma pesquisa cujo processo de preparação foi intenso, breve e coletivo em todas as suas etapas, por outro, é preciso sublinhar que a realidade das mulheres trabalhadoras rurais se mostrou muito mais complexa e matizada do que se poderia inicialmente presumir e que nem todas as alternativas de resposta previamente pensadas se quadravam aos depoimentos recebidos. De resto, os obstáculos enfrentados podem ser considerados o ônus devido ao caráter inédito do estudo.

As insuficiências foram, tanto quanto possível, corrigidas ao longo do trabalho de análise dos dados, e este trabalho, em contrapartida, permitiu descobrir, nas informações reunidas, uma riqueza extraordinariamente fértil e, mesmo, surpreendente sob alguns aspectos, capaz de ampliar e qualificar o conhecimento acerca das condições de vida das mulheres do campo e da floresta.

Em linhas gerais, este relatório foi organizado da seguinte forma: inicialmente, serão apresentados dados relativos à *caracterização social* das mulheres entrevistadas – autoidentificação, origem, educação e trajetória – e à percepção delas quanto às *relações intrafamiliares de poder*. Em seguida, serão analisadas as formas sob as quais se dá a *relação da entrevistada com a terra, com o meio rural e com a produção* no campo, abrindo espaço para o aparecimento das questões concernentes ao trabalho, desenvolvidas de forma mais específica na seção subsequente. A abordagem sobre o *trabalho* incluirá tanto as atividades que objetivam gerar renda monetária (dito

“trabalho produtivo”), como os afazeres domésticos e a produção para o autoconsumo (ditos “trabalhos reprodutivos”). A partir deste quadro, passa-se a estudar como as entrevistadas contribuem para a renda familiar; como usam o seu tempo; e como participam da vida social e política de suas regiões. Por fim, a última parte do texto traz uma análise sobre a violência doméstica e social vivenciada pelas entrevistadas, com base nos 611 questionários aplicados e, também, nos doze atendimentos especiais às mulheres que relataram casos de violência e solicitaram essa atenção.

2 CARACTERIZAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES ENTREVISTADAS

O conjunto inicial das questões relativas à caracterização social da mulher entrevistada e dos membros do domicílio ou estabelecimento de produção familiar abrange quatro momentos importantes: a autoidentificação da mulher, segundo seu estado civil, sua raça/cor de pele, religião e idade; sua formação educativo-profissional; sua percepção das relações intrafamiliares de poder; e, por fim, as suas mudanças recentes de local de moradia e as razões que as determinaram.

Mais da metade das mulheres entrevistadas – 56,7% – tem entre 33 e 54 anos. Pouco menos de um quarto delas está dentro da faixa etária de 15 a 32 anos, que, segundo os critérios da CONTAG, define o grupamento da juventude rural, marcado por características específicas, como o difícil acesso à terra, início precoce na atividade laboral (80% começam a trabalhar antes de 14 anos),² e, entre as mulheres, a tendência à migração para áreas urbanas (enquanto as mulheres urbanas entre 15 e 29 anos representam metade do total, no meio rural a proporção de mulheres nessa faixa cai a 47%). Acima de 55 anos – idade a partir da qual as trabalhadoras rurais podem requerer aposentadoria –, estão 19% das entrevistadas. A idade média das mulheres entrevistadas, estimada em 42,6 anos, limita em parte as possibilidades de captação de problemas tipicamente relacionados a esse grupo etário superior e à juventude, e oferece informação restrita sobre questões importantes, como a dificuldade das mulheres de acumular o trabalho e o cuidado com filhos menores, visto que grande parte das entrevistadas já não têm filhos em idade de atenção. Com efeito, em seus depoimentos, muitas afirmaram não ter podido participar de edições anteriores da marcha justamente porque os filhos eram pequenos.

A maioria das mulheres entrevistadas procedia das regiões Nordeste (44,68%) e Norte (30,11%). Quatro UFs – Pará (20,6%), Ceará (10,8%), Maranhão (10,5%) e Pernambuco (6,5%) – responderam por quase metade do total de entrevistadas. A predominância dessas duas regiões na amostra denota diferença significativa em relação à distribuição regional da população rural feminina informada pelo Censo Demográfico 2010: embora a representação do Nordeste na pesquisa esteja em equivalência com a participação da região no quadro demográfico do censo, a região Sudeste, que, neste último, concentra 18,7% da população rural feminina do país, aparece sub-representada na amostra, para a qual, em compensação, o Norte contribuiu com quase um terço do total de entrevistadas. A tabela 1 apresenta tal comparação.

2. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009.

TABELA 1
População rural feminina no Censo Demográfico 2010 e na Pesquisa Marcha das Margaridas de 2011

Região	Censo Demográfico 2010		Pesquisa Marcha das Margaridas	
	População rural feminina por região		Região de moradia da entrevistada	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Norte	1.932.403	13,7	184	30,1
Nordeste	6.878.386	48,7	273	44,7
Sudeste	2.644.116	18,7	53	8,7
Sul	1.964.874	13,9	43	7,0
Centro-Oeste	713.412	5,0	58	9,5
Brasil	14.133.191	100	611	100

Fonte: IBGE, 2010 e Ipea 2012. Elaboração dos autores.

A distinção desse recorte regional da amostra pode explicar, em parte, a diferença entre as proporções de negras e brancas verificadas entre as mulheres entrevistadas em comparação com os números estabelecidos pelo Censo Demográfico 2010. Enquanto neste cerca de 60% das mulheres com domicílio em área rural se declaram negras (pretas ou pardas), na Pesquisa da Marcha das Margaridas tal proporção sobe a 77,6%, um reflexo do peso, na sua composição, da representação das mulheres do Norte e Nordeste, regiões onde, segundo o censo, 75% e 73% delas se reconhecem como pretas ou pardas, respectivamente.

O predomínio da população negra no conjunto das entrevistadas, exprimindo-se diretamente como autoafirmação da identidade étnica, pode ser atribuído, também, ao maior grau de politização que o engajamento em movimentos sociais e sindicais, traço característico das mulheres presentes à marcha, confere a seus participantes: o alto percentual de entrevistadas que se declararam pretas – 17% –, em comparação com o dado correspondente, encontrado pelo Censo Demográfico 2010 para mulheres com domicílio rural – 6,5% autodeclaradas pretas –, reforça a tese da politização. Outra hipótese pertinente é que parte da proporção de entrevistadas autoidentificadas como pretas e pardas pode ser atribuída à resistência de mulheres, cuja vida é marcada pelo duplo estigma da ruralidade e da etnia negra, a se identificarem com a referência étnica dominante, a branca.

Quanto ao estado civil, prevalecem, entre as entrevistadas, mulheres que vivem em domicílio com companheiro ou cônjuge: conforme se vê na tabela 2, as mulheres casadas e em união estável somaram 61% do total. Em contrapartida, ao serem instadas, em outra questão, a descrever os membros do domicílio, a proporção das mulheres que mencionaram a presença de cônjuge ou companheiro elevou-se a 63%. A diferença pode explicar-se pelo sentido de formalidade que a expressão “estado civil” sugere, evocando uma situação de direito, ao passo que a referência direta aos moradores do domicílio remete a uma situação de fato. No que diz respeito *ao grupo das mulheres que não declararam a presença de cônjuge ou companheiro no domicílio (226 mulheres, ou 37% do total), 60% (22% do total) têm filhas(os), enteadas(os) ou netas(os)*. Isto significa que pelo menos um em cada cinco domicílios investigados pela pesquisa é monoparental feminino e que, presumivelmente, recai sobre essas mulheres uma carga maior de trabalho doméstico e de cuidados, além do próprio trabalho na produção. A média total de pessoas por domicílio é de 4,3 e, entre todos os domicílios em que a entrevistada registra

a presença de filhas(os), enteadas(os) ou netas(os) – 72,2% do total –, o número médio destes é de 2,64 (tabela 3).

TABELA 2
Qual o estado civil da senhora?
(Em %)

Solteira	24,1
Casada (no papel)	45,2
União estável (mora junto)	16,0
Separada	3,4
Divorciada (desquitada)	4,3
Viúva	7,0
Total	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

TABELA 3
Caracterização geral dos domicílios

	Resultado	
Total de domicílios	611	
Média de integrantes por domicílio	4,3	
Domicílios unipessoais (só entrevistada)	26	4,3%
Domicílios sem "cônjuge/companheiro"	226	37,0%
Domicílios com filhos(as)/enteados(as) e/ou netos	441	72,2%
Domicílios sem "cônjuge /companheiro" com filhos(as)/enteados(as) ou netos(as)	136	22,3%

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

As diferenças de composição do domicílio repercutem sobre a forma com que as mulheres identificam a chefia de família e sobre os critérios a partir dos quais elas a definem. Considerando a totalidade das entrevistadas, 36,8% delas se reconhecem individualmente como chefes de família, 26,4% atribuem tal posição ao cônjuge ou companheiro e 19% afirmam exercer com este a chefia compartilhada do domicílio (tabela 4). No entanto, quando são tomadas em conta apenas as declarações das mulheres cujo estado civil é de casadas ou em união estável, essa distribuição se altera, a chefia exclusivamente feminina decai para menos de um quarto dos casos e a chefia masculina passa a ser a nota dominante (40,4%).

TABELA 4
Quem a senhora considera ser o chefe de família do domicílio?
(Em %)

	Total	Casadas ou união estável
Eu somente	36,8	23,8
Meu cônjuge/companheiro	26,4	40,4
Eu e meu cônjuge/companheiro	19,0	29,4
Outras(os)	17,9	6,4
Total geral	100	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

TABELA 5
Por que a senhora considera tal pessoa chefe de família?

	Total	%
É dona da terra ou da casa	48	6
Ganha maior salário/mais dinheiro	92	11
Estudou mais	6	1
É responsável pelos afazeres domésticos	145	17
É responsável pela administração econômica da casa	369	45
É a pessoa mais velha	43	5
É homem	63	8
É mulher	5	1
Nenhum requisito especial	51	6
Total	822	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Outras informações captadas ao longo do questionário oferecem indicações adicionais que permitem esclarecer essa discrepância. A tabela 5 mostra que, entre os critérios levados em conta pelas entrevistadas para distinguir a chefia de família, foram mencionados com mais frequência a responsabilidade pela administração econômica da casa ou do estabelecimento (45%) e a responsabilidade pelos afazeres domésticos (17%), um dado que, para as mulheres com residência em área rural, sugere o quanto as esferas doméstico-reprodutiva e econômico-produtiva são indissociáveis ou o quanto o domicílio é percebido como unidade produtiva. Para ilustrar essa hipótese, pode-se considerar, em contraponto às opiniões concernentes à chefia de família declaradas pelas mulheres casadas ou em união estável, as respostas obtidas em outra pergunta do questionário: quem toma as decisões relativas a gastos do dinheiro da família? Tomando em conta apenas as mulheres casadas ou em união estável, a pesquisa constatou que cerca de 50% delas afirmaram tomar sozinhas essas decisões; 40% disseram partilhar com o cônjuge/companheiro essa responsabilidade; e para apenas 10% delas essa decisão cabia exclusivamente ao cônjuge/companheiro. Tais dados não necessariamente indicam que as práticas de gestão cotidiana da vida doméstica confeririam às mulheres uma posição de referência que atenuaria a percepção que elas têm das relações intradomiciliares de poder, mas apontam antes para a dissociação existente, na esfera do domicílio, entre a posição de chefia – definida em grande medida por um componente de gênero – e os encargos relativos à reprodução da vida doméstica, que congregam um conjunto de responsabilidades, tarefas e cuidados.

Nota-se, ainda, que, para a identificação da posição de chefia de família, *ser homem* é a quarta razão mais citada, enquanto o fato de *ser mulher e ter estudado mais* são muito pouco lembrados (cada um teve 1% das respostas). O baixo número de menções a esses quesitos não parece ser por acaso: no campo, como na cidade, a escolaridade das mulheres sobreleva a dos homens, mas esta superioridade não repercute sobre as relações intrafamiliares de poder.

Aliás, os dados da pesquisa relativos à educação reiteram a importância dessa dimensão na vida das mulheres do campo e da floresta. Entre as entrevistadas, o grau de escolarização mostra-se superior ante o índice correspondente para o universo geral das mulheres rurais. Enquanto o Censo Demográfico 2010 aponta uma proporção

de 21% de analfabetismo entre as mulheres com domicílio em área rural, a pesquisa registrou que *apenas 7,3% das entrevistadas não sabiam ler nem escrever – das quais cerca de dois terços chegaram a frequentar escola*. Com respeito ao tempo de estudo, como se nota na tabela 6, 41% do total de entrevistadas situam-se na faixa que vai do ensino médio completo até o superior completo, e apenas 15% delas concentram-se no estrato de menor escolaridade, que se estende das mulheres que nunca frequentaram escola até as que não concluíram a antiga quarta série do primário. A título de comparação, cabe assinalar que, de acordo com o Censo Demográfico 2010, 54% da população rural como um todo têm entre um ano e sete anos de estudo, o que não corresponde sequer ao ensino fundamental completo. Parte desses resultados, entretanto, se deve ao caráter específico do coletivo de mulheres entrevistadas, todas engajadas e vinculadas a movimentos sociais e sindicais.

TABELA 6
A senhora estudou até que série?

	Quantidade	%
Nunca frequentou a escola	14	2
Só alfabetização	8	1,3
Da 1ª à 3ª série (ciclo incompleto)	71	11,6
Até a 4ª série (ciclo completo)	72	11,8
Da 5ª à 7ª série (ciclo incompleto)	73	11,9
Até a 8ª série (ciclo completo)	65	10,6
Ensino médio (incompleto)	44	7,2
Ensino médio (completo)	144	23,6
Superior incompleto	42	6,9
Superior completo	65	10,6
Ensino técnico profissionalizante (incompleto)	1	0,2
Ensino técnico profissionalizante (completo)	12	2,0
Total geral	611	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Como, no campo, a provisão do ensino regular por parte do Estado é sabidamente precária, e considerando que as mulheres rurais são frequentemente excluídas da sucessão na posse do lote da família – que em geral favorece os descendentes masculinos, seja por tradicional preconceito de gênero, seja por efeito da desigual estrutura fundiária que restringe o acesso do pequeno produtor à terra –, a pesquisa buscou conhecer caminhos alternativos que as entrevistadas percorreram, na esfera de sua formação e capacitação educativo-profissional, para construir para si outras estratégias de subsistência e emancipação. O objetivo deste levantamento, ainda que superficialmente, não foi apenas verificar, a partir da variedade dos cursos realizados por elas – sob patrocínio de sindicatos, governos ou entidades privadas –, em que medida as entrevistadas procuraram ou foram determinadas a procurar aprendizados que as impeliam para atividades alheias às suas condições de vida e trabalho; era fundamental também, para os propósitos assumidos pela pesquisa, valorizar os saberes adquiridos pelas mulheres do campo e da floresta à margem das estruturas regulares de ensino, a fim de oferecer um contraponto aos dados oficiais de alfabetização e escolaridade que tendem a realçar apenas a penúria da situação educacional da população do campo.

Do total de entrevistadas, 73% afirmaram ter realizado ao menos um curso de capacitação profissional; o número médio de cursos citados por cada uma delas ficou perto de dois, o que revela o quanto são presentes, entre as mulheres do campo e da floresta, a preocupação com a própria formação e a percepção do processo de aquisição de outras habilitações profissionais e técnicas – ao lado das já incorporadas à sua prática – como meio de diversificar alternativas de acesso à renda e, assim, alargar as estratégias de subsistência e de reprodução social da família.

Cinco tipos de cursos responderam por quase 70% do total das referências: artesanato, costura e confecção (17%), aprendizado de métodos de produção agrícola, extrativista ou aquícola (14%), culinária e beneficiamento de alimentos (13%), informática (12%) e formação política e sindical (12%). Entre tais categorias, duas – artesanato e culinária – tocam a atividades consideradas tipicamente femininas, mas, ao se levar em conta que a maioria das ocorrências relacionadas a métodos de produção agrícola se refere à agroecologia – método que agrega experiências e práticas derivadas da produção para autoconsumo familiar, tarefa tradicionalmente desempenhada pela mulher –, pode-se identificar, também, nessa categoria de curso um forte traço de gênero. Reforçam essa dimensão as alusões, embora menos frequentes, a cursos nas áreas de educação e saúde (cujas ocorrências somam 7%), de secretariado administrativo (5%) e de cuidados, economia doméstica e estética (2%). De outra parte, citações a cursos de empreendedorismo e cooperativismo não ultrapassam 2%.

Pode-se dizer, portanto, que, se por um lado a maior parte dos cursos realizados pelas mulheres guarda, a princípio, correspondência com sua inserção no meio rural e sua condição de trabalhadoras do campo e da floresta – ensinando-lhes, por exemplo, outros métodos de produção e formas de aproveitamento da matéria-prima e dos produtos cultivados e extraídos da terra –, por outro lado, as oportunidades que se abrem a elas são significativamente marcadas por distinções de gênero, e as atividades que, em geral, lhes são assinaladas, ainda que gerem maior renda, revestem-se de caráter subsidiário ou complementar em relação a uma atividade principal, percebida como masculina. Em contraponto a esta explicação, cabe, todavia, dar destaque ao significativo percentual (12%) das entrevistadas que declararam ter participado de processos de formação político-sindical, dado que revela forte sentido de autonomia e de identidade de classe.

Tornando a tratar do acesso das mulheres do campo e da floresta ao ensino regular, a pesquisa constatou que apenas 21,7% das entrevistadas estudam atualmente. A média de idade delas – 42,6 anos – explica, à primeira vista, essa proporção relativamente baixa, mas os dados apontam que, desse contingente de mulheres que declaram estudar atualmente, menos da metade – 42% – tem idade entre 15 e 32 anos, ou seja, situa-se no estrato que define, para a CONTAG, a juventude rural. Portanto, das mulheres entrevistadas que estudam atualmente, 58% têm mais de 33 anos. Outra informação importante diz respeito às diferenças de localidade entre moradia e escola: embora 64% dessas mulheres residam em área rural (e 12% afirmem morar parte da semana na cidade e parte no campo), a maioria delas – 69% – frequentam

escolas em área urbana. Os resultados exprimem a dificuldade de acesso das mulheres rurais a serviços de educação de qualidade.³

De fato, entre as mulheres que afirmaram ter migrado da área rural para a área urbana recentemente, 67% citaram, como principais razões, a oportunidade de prosseguir nos estudos e a busca por emprego, um reflexo da necessidade experimentada por muitas delas de, a partir do bloqueio de seu acesso à terra, construir um projeto de vida dissociado de sua origem rural.⁴ No conjunto dos dados de migração recolhidos na pesquisa, as entrevistadas que migraram de áreas rurais para áreas urbanas constituíram uma minoria na amostra, o que explica o fato de as mulheres que se desligaram de sua origem rural deixarem de compor o público participante da Marcha das Margaridas – as mulheres com domicílio em área urbana que integram a marcha mantêm, por definição, laços com o meio rural.

Certamente, as informações sucintas que a pesquisa afere acerca do movimento migratório das mulheres não contestam os grandes números do êxodo rural brasileiro. Com efeito, de acordo com o Censo Demográfico, de 1995 a 2000,⁵ 2,032 milhões de pessoas deixaram o campo em direção à cidade (mas, o que é também notável, 1,345 milhão fizeram o movimento inverso, migrando de áreas urbanas para rurais); além disso, de 1991 a 2010, o rural perdeu 16,7% de sua população – com maior perda relativa da população rural feminina (17,8%), ao passo que a população feminina urbana cresceu 45% no período. A pesquisa, contudo, permite apreender o processo migratório sob outro enfoque. Considerando apenas entrevistadas que declararam já ter-se mudado de domicílio – 64% do total –, pode-se ver, na tabela 7, que, *das mulheres que disseram ter tido sua última residência, antes da atual, no rural, 66,2% se deslocaram, da última vez, para outra área rural, e somente 20,2% migraram para a cidade; em contrapartida, das que disseram ter tido sua última residência, antes da atual, em área urbana, 61% migraram para o meio rural.*

TABELA 7
Migração segundo situação anterior e atual de domicílio
(Em %)

Último lugar onde morou	Onde mora atualmente			Total
	1. Rural	2. Urbano	3. Urbano/rural	
1. Rural	66,2	20,2	13,6	100
2. Urbano	61,0	26,8	12,2	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

3. Segundo o último Censo Escolar, por exemplo, dos 39,6 mil estabelecimentos de ensino que ofereciam cursos de Educação de Jovens e Adultos (EJA) no país, 38% estavam em áreas rurais, onde estão 35% dos 16 milhões de analfabetos brasileiros. Foge, no entanto, ao tema deste relatório discutir em que medida o problema do acesso das mulheres rurais à educação é mais quantitativo que qualitativo, ou mesmo em que medida essa aparente suficiência de quantidade encontra correspondência em uma adequada distribuição territorial.

4. Não apenas isso: como se verá mais adiante, a migração para o urbano consiste, muitas vezes, em uma estratégia de preservação e reprodução da camponêsidade. Ver, a respeito, os estudos clássicos de Klas Wortmann (2009) e de Afrânio Garcia Júnior (1989) sobre migração, e, em especial, Pietrafesa, Menezes e Marin (2009).

5. Mais recente dado disponível até o fechamento deste relatório.

Esse fluxo, na contramão do êxodo rural, oferece elementos relevantes para a análise. Em primeiro lugar, uma em cada quatro mulheres da amostra que declararam residir atualmente apenas na área rural teve sua residência anterior na cidade: a presença delas na marcha denota, de certo modo, que a origem urbana ou a experiência de ter vivido na cidade não constitui impedimento à sua adaptação ao rural, ao seu enraizamento no espaço social característico da ruralidade. A perspectiva urbanocêntrica sob a qual a migração é, amiúde, estudada supõe que esse processo de “aculturamento” se realiza unicamente do rural para o urbano. Ademais, ao levantar as razões que determinaram que mulheres migrassem para o meio rural e ao conhecer os motivos pelos quais as mulheres do campo afirmam não ter desejo de deixá-lo para viver na cidade, a pesquisa permite pensar o rural como espaço de atração e não apenas de repulsão da população.⁶

A tabela 8 mostra como se dividem as entrevistadas, segundo o local atual de domicílio: 68,4% vivem em área rural, 20,2% em área urbana e 11,3% alternam seu tempo entre o urbano e o rural.

TABELA 8
O local onde a senhora mora hoje é rural ou urbano?

	Quantidade	%
Rural	420	68,4
Urbano	122	20,2
Rural/urbano	69	11,3
Total geral	611	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

TABELA 9
A senhora tem vontade de deixar o campo e ir viver na cidade?

	Quantidade	%
Sim	69	14,1
Não	405	82,8
(vazio)	15	3,1
Total geral	489	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Das 489 entrevistadas com domicílio atual em área rural – permanentemente ou parcialmente –, apenas 69 (14%) manifestam o desejo de migrar para a cidade (tabela 9). Já foi referido que, entre as mulheres que migraram do campo para a cidade, a necessidade de dar continuidade aos estudos e buscar outras oportunidades de trabalho responde por 67% das razões citadas. Tal dado encontra respaldo no cômputo geral dos motivos mais recorrentemente aludidos pelas 69 entrevistadas que, vivendo atualmente no campo, afirmaram ter vontade de se transferir para a cidade: com efeito, 35% delas alegaram que a cidade oferece mais oportunidades (de estudo, trabalho e renda); 18% disseram que a cidade dispõe de melhores serviços (de saúde, educação, saneamento); 15% responderam que o trabalho na terra é muito desgastante e 10% delas argumentaram que a vida no campo não traz compensação econômica.

6. A respeito da terminologia “fatores de atração” e “fatores de expulsão”, ver Singer (1995, p. 29-60).

Por outro lado, no que respeita às mulheres entrevistadas que vivem em área rural, tanto os motivos que as levam a afirmar desejarem permanecer onde vivem quanto os que determinaram parte delas a sair da cidade para se estabelecer no campo remetem à importância central que o acesso à terra tem em suas vidas e na vida de suas famílias. Entre as razões para mudança de domicílio apontadas pelas cem entrevistadas que migraram da área urbana para a área rural, as mais frequentes são: *acompanhar cônjuge/companheiro* (21%), *luta por terra/assentamento* (18%), *busca de melhores condições de vida* (17%) e *de trabalho* (16%). Tais motivações são sobreponíveis e se reforçam mutuamente, tendo por fundo comum o acesso à terra: *acompanhar o cônjuge* pode significar que ele obteve terra (por compra, herança ou outra forma) ou se engajou na luta por terra, assim como a *busca de melhores condições de vida e de ocupação* pode relacionar-se à estabilidade e à garantia de moradia e trabalho associadas à posse da terra.

De outra parte, *entre as 151 entrevistadas que se mudaram de domicílio rural para domicílio rural*, também *acompanhar cônjuge/companheiro* (31%) e *luta por terra/assentamento* (15%) são as razões mais recorrentes, seguidas por *acompanhar os pais* (11%), *busca de trabalho/emprego* (10%), *compra de terra* (7,5%) e *busca de melhores oportunidades de estudo* (6%). Os dados ilustram como se coloca a questão do acesso à terra para quem já vive no meio rural. Aqui também, além de poder significar, para as mulheres, a construção de um projeto de vida no rural autônomo, em relação à unidade familiar de origem, *acompanhar cônjuge/companheiro* pode, assim como *acompanhar pais*, coincidir com outros motivos aventados, como *luta por terra* e *compra por terra*. Em outros casos, a busca por melhores oportunidades de estudo ou trabalho pode, sobretudo para mulheres que já estavam no meio rural, explicar-se pelo desejo de estabelecer moradia em áreas mais próximas da cidade.

A tabela 9 complementa, sob certo aspecto, as informações da tabela 8, uma vez que as razões a que muitas entrevistadas fazem menção para explicar por que migraram para o rural são também as razões pelas quais muitas outras afirmam sua vontade de permanecer no campo: *82,8% das entrevistadas com domicílio no meio rural declaram não ter vontade de deixar o campo para viver na cidade*. O fato de uma parte significativa delas ter-se transferido para o campo em virtude dos processos de luta por terra já sugere uma razão em favor de seu desejo de aí permanecer: muitas vezes oriundas de um passado de expropriação e exploração, tendo vivido longo período sob as lonas dos acampamentos, expostas a ameaças de despejo e submetidas a outras formas de violência, essas mulheres, por terem conseguido assegurar para si e sua família um pedaço de terra, têm a dimensão precisa do valor de sua conquista. Ao propor essa questão diretamente, a pesquisa captou que *pouco mais de um quinto – 23% – dos motivos citados para permanecer no campo realçam fatores de repulsão do meio urbano*: alusões ao alto custo de vida no meio urbano, a rotina desgastante de trabalho na cidade e a impessoalidade das relações somam 13% das referências; menções à violência e outros problemas reconhecidos como urbanos são presentes em 10% dos casos. De outra parte, *26% das razões apontadas assinalam a ligação de origem da entrevistada com o meio rural*, sua identidade como trabalhadora do campo e seu gosto pelo trabalho na terra. *Em 42% das causas indicadas, prevaleceram fatores de atração do campo*, como a melhor qualidade de vida que o espaço rural proporciona (26%) – sobretudo quanto a moradia e alimentação, mas também como lugar para educar os filhos –, a sensação de que a vida no campo é mais feliz que na cidade (13%) e a percepção de que, em

termos de oportunidades, serviços e mesmo renda, tem havido progressos recentes no meio rural (3%).

Somando cerca de 9%, outro grupo de razões, mais difuso porém revelador de como as mulheres rurais apreendem sua realidade de uma perspectiva inassimilável por uma visão urbanocêntrica, *diz respeito à autonomia propiciada pela posse da terra*. Nessas ocasiões, as mulheres entrevistadas assinalaram que, no campo, podem viver de seu trabalho, trabalhar conforme sua própria necessidade e decisão, alimentar-se, a si e à sua família, do que produzem, obter boa parte do que lhes é indispensável sem precisar de dinheiro e não sofrer humilhações. Em muitos casos, essas declarações andam de par com a denúncia de problemas que marcam o rural – falta de abastecimento de água e luz, mau estado das estradas etc. –, mas o sentido da autonomia como um bem prevalece sobre essas carências – e explica por que, malgrado tudo, as mulheres querem permanecer no campo.

De maneira geral, as declarações das mulheres entrevistadas põem em questão a ideia de que o processo migratório é unidirecional e irreversível. Em grande parte das vezes, a migração de um membro do domicílio rural para a cidade, em lugar de indicar um processo de desruralização da família, articula-se à própria estratégia de reprodução social da família rural, isto é, de produção de condições que permitam a ela seguir estabelecida no meio rural: a busca de um trabalho temporário – agrícola ou não agrícola – em outro município ou em área urbana, como forma de obter renda adicional em períodos adversos à atividade agrícola, tem, por exemplo, este efeito. Como foi visto, na referência aos dados do Censo Demográfico sobre migração, há, subjacente ao êxodo, conquanto certamente em menor escala, também um movimento de retorno ao campo, ou, antes, um processo contínuo de migração nos dois sentidos – rural e urbano –, que, entre outras razões, se rege em parte pela lógica de reprodução social da família rural e serve à permanência dela no campo.

3 MULHERES COM DOMICÍLIO EM ÁREA RURAL: CONDIÇÃO EM RELAÇÃO À TERRA E À PRODUÇÃO

Embora a amostra da pesquisa tenha abrangido 122 mulheres com domicílio em área urbana, parte das questões aplicadas às entrevistadas na marcha se destinava, exclusivamente, a levantar informações sobre o modo de vida das mulheres rurais e, além destas, das mulheres que alternavam regularmente seu tempo entre o campo e a cidade, classificadas como rurais/urbanas. Esse grupamento reúne, no total, 489 entrevistadas.

O primeiro tema tratado com esse grupo de mulheres diz respeito ao acesso à terra. A importância da condição da mulher em relação à terra para a configuração das relações de gênero no meio rural – ou, em termos mais simples, a constatação de que, no campo, o domínio da terra é fator de poder – inspirou a pesquisa a averiguar quais foram as formas sob as quais as participantes da marcha e suas famílias tiveram acesso às terras onde vivem e trabalham.

É importante lembrar que, graças à luta dos movimentos de mulheres rurais – como a Marcha das Margaridas – e dos movimentos sociais do campo que empunham entre suas bandeiras a da igualdade entre gêneros, o reconhecimento de que as relações de gênero constituem um dos elementos estruturantes das relações sociais no meio rural

foi consignado formalmente no II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, a partir daí, gerou modificações fundamentais nas políticas de acesso à terra, com o fim de assegurar às mulheres o direito à titulação. A titulação conjunta do casal para lotes de assentamento era já prevista na Constituição, mas, sem amparo em regulação específica que a tornasse obrigatória, vinha sendo apenas ocasionalmente aplicada, dando ensejo a práticas de subordinação da mulher ao cônjuge, ao pai ou ao irmão. Em outubro de 2003, mesmo ano do II PNRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou a Portaria nº 981, que instituiu a obrigatoriedade, para os lotes de assentamento, da titulação conjunta da terra em nome do homem e da mulher casados ou em situação de união estável. A regra passou a aplicar-se igualmente aos títulos de concessão real de uso. Recentemente, em resposta a uma demanda colocada pela marcha, o MDA estabeleceu a titulação conjunta da terra para o casal beneficiário do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). Esse contexto deve ser considerado para a análise das informações contidas na tabela 10.

TABELA 10
Como a senhora e sua família tiveram acesso à terra?

	Quantidade	%
1. Arrendamento	18	3,7
2. Parceria (colono, meeiro, terceiro etc.)	12	2,5
3. Está acampada na terra	11	2,2
4. Compra	117	23,9
5. Posse	24	4,9
6. Assentamento	114	23,3
7. Regularização fundiária	15	3,1
8. Reconhecimento/regularização de área coletiva	8	1,6
9. Herança	135	27,6
10. Crédito fundiário	6	1,2
11. Outra forma	29	5,9
Total geral	489	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Conforme se vê, três formas de acesso à terra – compra, assentamento e herança – compreendem, em grupo, três quartos do total de respostas. É oportuno lembrar que o resultado exprime características específicas do universo da marcha, composto majoritariamente por mulheres que se autoidentificam como agricultoras familiares, motivo pelo qual formas de acesso à terra mais atinentes à condição de outros grupos sociais rurais – como os quilombolas, os ribeirinhos ou os sem terra – aparecem aqui em menor frequência. Em todo caso, esse conjunto de respostas diz respeito ao modo por que a família da entrevistada teve acesso à terra, sem revelar se ela, entrevistada, se reconhece como dona dela.

Por isso, na tabela 11, combinam-se as três modalidades de acesso à terra mais mencionadas com as indicações das pessoas, membros do domicílio ou não, ou das entidades mais frequentemente relacionadas pelas entrevistadas à condição de donas da terra.⁷

7. Convém advertir que a decisão de usar, no enunciado da pergunta, uma definição não formal – dona da terra –, de preferência à noção de titularidade, atendeu ao objetivo de realçar a percepção da mulher das relações intradomiciliares de poder sob o prisma do domínio da terra, sem preocupação de aferir seu conhecimento acerca do estatuto legal desse domínio.

TABELA 11
De quem é a terra?
(Em %)

	Compra	Assentamento	Herança
Entrevistada	34,40	25,43	19,70
Cônjuge	12,70	11,40	13,13
Codomínio com cônjuge	24,50	17,50	12,40
Codomínio com outro(a) parente	1,60	1,70	2,60
Pai	13,50	0	18,20
Mãe	5,00	1,80	10,90
Sogro	1,60	2,60	9,50
Sogra	1,00	0	3,60
Estado	1,60	30,70	2,20
Terra coletiva	2,50	4,40	2,90
Outra forma	1,60	4,47	4,87
Total	100	100	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Das entrevistadas cujas famílias tiveram acesso à terra por meio da compra, 34,4% se declararam como as únicas donas. A herança foi a modalidade de acesso à terra na qual se registrou o menor percentual de entrevistadas que se reconheceram como donas exclusivas: 19,7%. Entre as assentadas, esse percentual sobe a 25,43%, mas, como tal modalidade registra 30,7% de respostas que apontam o Estado como dono da terra, é possível que a proporção de mulheres que, mesmo sem ter o título, são beneficiárias do termo de concessão de uso do seu lote e, portanto, são suas “donas” de fato, seja maior. É, pois, apenas à primeira vista que se pode afirmar que, das três principais formas, a compra é a que distingue a maior proporção de mulheres com domínio da terra. O mesmo se pode dizer sobre os dados relativos ao codomínio da mulher e do cônjuge ou companheiro: a compra registra a maior frequência de tal situação – 24,5% –, mas é bastante provável que, em vista da obrigatoriedade legal da cotitulação para assentados, haja, entre as entrevistadas que atribuíram ao Estado o domínio do lote, muitas mulheres cobeneficiárias, com os cônjuges ou companheiros, dos termos de concessão de uso que lhes asseguram a posse da parcela.

Pode-se ainda notar que, excluindo-se casos de codomínio, de domínio coletivo e domínio público e considerando apenas os graus de parentesco mais mencionados quanto à questão do domínio da terra, a herança é a forma de acesso na qual se verifica maior proporção de homens (cônjuge, pai e sogro) em relação a mulheres (entrevistada, mãe, sogra) na condição de donos(as) da terra. Em favor dos efeitos das mudanças de legislação, é possível observar que, em geral, nas três modalidades em destaque, as diferenças entre pais e mães e entre sogros e sogras quanto ao domínio da terra pendem mais em favor dos homens que das mulheres, tendência que se inverte quando se consideram as mesmas diferenças entre as entrevistadas e os cônjuges (ou companheiros). Sob certo aspecto, corrobora esse parecer o fato de que a proporção de mulheres entrevistadas casadas ou em união estável que se afirmam donas (a qualquer título e em qualquer modalidade) da terra – cerca de 42% – supera a proporção correspondente entre as demais – 38%.

A pesquisa empreendeu ainda traçar um panorama da diversidade de produção da agricultura familiar. Esse objetivo cumpriu uma dupla finalidade. Em primeiro lugar, dar visibilidade e peso ao trabalho da mulher: ao ser solicitada a enumerar os produtos e atividades existentes em seu lote, a entrevistada oferecia, na sua resposta, uma verdadeira descrição do seu regime de trabalho, uma vez que, em geral, seu grau de informação a respeito da produção no seu lote refletia o grau de participação de seu trabalho nessa produção. Em segundo lugar, a questão não apenas reiterou que a diversidade produtiva é uma marca de distinção da agricultura familiar – como mostrou o Censo Agropecuário 2006 – mas ainda permitiu conhecer essa diversidade em seus produtos e suas atividades, abrangendo especialmente produtos de menor monta em termos de escala de produção e que, todavia, constituem um diferencial positivo da dieta diária da família rural. Como, tradicionalmente, cabe à mulher realizar a produção para autoconsumo, o fato de terem sido elas as informantes da pesquisa favoreceu essa dimensão nos resultados.

A tabela 12 apresenta, em ordem decrescente, os produtos e atividades mais citados pelas entrevistadas. Uma vez que a informação é declaratória e complexa, é possível que haja subestimações e, por certo, esquecimentos – nem todas as que criam, por exemplo, bovinos acrescentaram a produção de leite, assim como nem todas que criam aves se referiam à produção de ovos. O painel, abrangendo os vinte produtos/atividades mais citados, oferece, entretanto, uma mostra do quanto a produção familiar privilegia os gêneros alimentícios, o que permite adiantar que suas práticas de comercialização tocam antes aos excedentes dessa produção que a culturas estritamente comerciais. A variedade da lista testemunha em favor da qualidade da alimentação da família.

TABELA 12
O que a senhora e sua família produzem na terra?

	Produtos/atividades mais citados	Número de respostas	%
Galináceos	1ª	340	69,53
Milho	2ª	307	62,78
Mandioca	3ª	278	56,85
Feijão	4ª	273	55,83
Bovinos	5ª	184	37,63
Ovos	6ª	161	32,92
Suínos	7ª	160	32,72
Banana	8ª	144	29,45
Arroz	9ª	118	24,13
Alface	10ª	101	20,65
Manga	11ª	98	20,04
Laranja	12ª	97	19,84
Cheiro-verde	13ª	93	19,02
Abóbora	14ª	93	19,02
Leite	15ª	88	18,00
Coentro	16ª	66	13,50
Tomate	17ª	65	13,29
Mamão	18ª	64	13,09
Caju	19ª	60	12,27
Limão	20ª	59	12,07

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Uma análise dessa diversificação é apresentada na tabela 13: nela, pode-se ver que o percentual das entrevistadas que não declaram produção é irrisório e que, em compensação, três quartos delas cultivam ou desenvolvem entre seis e vinte produtos/atividades. A informação mais notável é, porém, a média do número de produtos/atividades informado por cada entrevistada: 9,26 por lote. Esse índice de diversidade produtiva denota o quanto, a despeito da pouca terra de que dispõem, as famílias rurais se empenham no aproveitamento eficiente de sua área.

TABELA 13
Quantidade de produtos/atividades por lote

	Quantidade	%
Nenhum	6	1,23
De 1 a 5	119	24,34
De 6 a 10	212	43,35
De 11 a 20	125	25,56
Acima de 21	26	5,32
(vazio)	1	0,20
Total geral	489	100
Média de produtos/atividades por lote		9,26

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Obs.: A média de produtos/atividades por lote foi de 9,26%.

É importante ressaltar que as mulheres do campo e da floresta cumprem papel fundamental para este “aproveitamento eficiente” de suas terras. Esta é uma das principais conclusões do estudo de Miriam Nobre (2012), realizado a partir dos dados de produção do Censo Agropecuário 2006. A autora classificou os estabelecimentos agropecuários familiares em três grupos: *i)* com mão de obra familiar majoritariamente feminina; *ii)* com mão de obra sem diferenciação significativa ou “mistos”; e *iii)* com mão de obra familiar majoritariamente masculina.⁸ A partir desta tipologia, ela observou significativa diferença entre esses três tipos de estabelecimentos familiares no que diz respeito ao número e ao tipo de produtos agropecuários produzidos: *há maior diversificação na produção nos estabelecimentos mistos, seguidos pelos femininos, e maior concentração nos masculinos.* Entre os produtos mais produzidos em famílias com mão de obra majoritariamente feminina estão: plantas medicinais, como camomila e hortelã; tubérculos, como batata-inglesa, mandioca, batata-doce; sementes para feijão, milho e batata-inglesa; leguminosas, como amendoim e feijão; temperos, como manjeriço, cebolinha e salsa; hortaliças, como couve, maxixe, rabanete, repolho, rúcula, entre outros. Entre aqueles produzidos em famílias com mão de obra majoritariamente masculina estão: cana-de-açúcar, mamona, soja em grão e forrageiras para corte. Em outras palavras, as mulheres são as grandes responsáveis pela diversidade produtiva da agricultura familiar, gerando frequentemente em “seus pequenos quintais” renda mais elevada por unidade de área e de trabalho e garantindo o abastecimento familiar e a reposição dos nutrientes do solo pelo aproveitamento de resíduos (Nobre, 2012, p. 94-97).

8. Os critérios para a classificação foram os seguintes: *i)* estabelecimento feminino: aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é igual ou maior que dois terços do total da força de trabalho dessa faixa etária; *ii)* estabelecimento misto: aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é menor que dois terços e igual ou maior que um terço do total da força de trabalho dessa faixa etária; e *iii)* estabelecimento masculino: aquele cuja força de trabalho de mulheres de 14 anos ou mais é menor que um terço do total da força de trabalho dessa faixa etária.

As informações sobre a produção familiar, no entanto, não comunicam seu otimismo à percepção que as entrevistadas têm acerca da suficiência dessa produção em relação às necessidades da família. *Perguntadas se, considerando tanto a parte destinada ao autoconsumo quanto a parte comercializada, a produção no seu lote costumava ser bastante para prover as necessidades da família ao longo de um ano, 51% das entrevistadas responderam que não, contra 49% que disseram “sim”*. Esse dado chama a atenção para a situação de vulnerabilidade alimentar em que se encontra boa parte das famílias rurais do país – a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, do IBGE, apurou que apenas 54,4% das famílias domiciliadas no campo estimavam ser sempre suficiente a quantidade de alimentos consumida – e contrasta vivamente com o fato, atestado pelo Censo Agropecuário 2006, de que são os agricultores familiares que produzem a maior parte dos alimentos consumidos no país. De um ponto de vista geral, isto significa que, compreendida na sua globalidade, a agricultura familiar – setor da agricultura brasileira com maior peso absoluto e relativo na produção de alimentos no país – responde à sua função econômica histórica de abastecer as áreas urbanas; ao mesmo tempo, porém, compreendida em sua particularidade, a família produtora rural segue historicamente submetida a certo conjunto de condições e adversidades que conferem ao seu trabalho um caráter de superexploração em comparação com a pequena parte dos rendimentos desse trabalho de que ela consegue apropriar-se.

A pesquisa propôs ilustrar tal contradição indagando às entrevistadas, que afirmaram ter produção insuficiente, quais as principais dificuldades enfrentadas. Considerando o número total de razões mencionadas por cada uma, três pontos concentraram, juntos, mais da metade das causas: *as incertezas e riscos da dependência em relação aos regimes climáticos (23%); o tamanho insuficiente da terra ou acesso precário à posse da terra (16,5%); e falta de financiamento às suas atividades (13%)*. Outras razões, como falta de insumos (equipamentos, corretivos de solo etc.) (8,7%), dificuldades de acesso à água (7%), má qualidade da terra (7%), ausência de infraestrutura (transporte, energia elétrica, estrada) (6,4%) e restrição da mão de obra familiar disponível (6,4%) também foram destacadas. O baixo custo de comercialização ou baixa remuneração do trabalho, fator que pode ser considerado como efeito das demais causas apontadas, foi referido 4% das vezes. Em termos mais agregados, pode-se dizer que as causas atinentes às restrições objetivas de produção – dependência em relação a regimes climáticos, tamanho insuficiente e acesso precário à terra, má qualidade do solo, precário acesso à água, a insumos e financiamento – são indicadas em 75% das vezes. Estas carências reclamam o fortalecimento das políticas públicas que lhes são correlatas – notadamente a reforma agrária,⁹ políticas de infraestrutura rural, o crédito rural e a assistência técnica –, e para as quais o Estado dispõe de instrumentos, se bem que subutilizados e precarizados, de atuação.

4 TRABALHO, RENDA E USO DO TEMPO

Embora a agricultura familiar corresponda ao modo sob o qual a grande maioria da população rural está historicamente organizada para a produção, pode-se afirmar que seu reconhecimento como modelo produtivo, definido por características próprias, data apenas das últimas duas décadas. Esse reconhecimento deu-se, primeiro, no plano

9. Os dados sobre tamanho da área revelam que 62% das entrevistadas com terra no meio rural dispõem de lotes com área inferior a 20 hectares. No Nordeste, essa proporção é de 75%; no Sudeste, de 80%.

sociológico, com a proliferação de pesquisas que contribuíram para estabelecê-lo como categoria social específica. Em seguida, com a demarcação das relações de trabalho e métodos de exploração da terra que a distinguiam, a agricultura familiar ganhou expressão, no plano técnico, como modelo de produção em contraponto com a monocultura de larga escala. Em um terceiro momento, graças à luta dos sindicatos de trabalhadores rurais e dos movimentos sociais por reforma agrária, o modelo da agricultura familiar ganhou uma definição jurídico-legal (Lei nº 11.326/2006).

A trajetória de afirmação política das trabalhadoras do campo e da floresta guarda traços em comum com o processo de construção da identidade política da agricultura familiar: em ambos os casos, a afirmação política envolve a necessidade de tornar visíveis as práticas sociais e econômicas em que os sujeitos políticos estão engajados. Em relação às mulheres, esse movimento concerne ao *trabalho*: é também através da luta por conferir visibilidade ao trabalho feminino que se constitui a afirmação política das mulheres do campo e da floresta (Siliprandi, 2009).

A questão não se resume, porém, a considerar a contribuição do trabalho “produtivo” das mulheres ocupadas: como, nas unidades familiares rurais, a fronteira entre o trabalho na casa e o trabalho na terra não é nítida, e as relações do espaço doméstico repercutem nas relações do espaço de produção, a invisibilidade do trabalho da mulher explica-se em grande parte pela separação, mais ideológica que prática, entre trabalho dito produtivo e trabalho dito reprodutivo. Se, por um lado, o trabalho dos homens prefigura uma demarcação nítida entre espaço de produção e espaço doméstico, por outro, o trabalho das mulheres, seja doméstico ou produtivo, é, em ambos os espaços – espaços de poder, e não simplesmente espaços físicos –, *naturalizado*, isto é, assimilado a um suposto papel “natural” da mulher. No rural, onde a desigualdade entre os gêneros se associa intimamente à divisão do trabalho e onde a dominação masculina na esfera das relações de trabalho exprime, em certo grau, o componente sexual da subalternidade que marca a esfera das relações domésticas, tal separação não apenas reforça a anulação do trabalho feminino, como tampouco permite estimar a carga de sobretabalho que se impõe à mulher.

Como foi dito na introdução deste relatório, a proposta da pesquisa, de levantar dados em que as mulheres do campo e da floresta se sentissem representadas, passou fundamentalmente pela questão da visibilidade do trabalho feminino. Com efeito, as estatísticas oficiais classificam quase metade da população feminina rural como *não ocupada*, apontam que 60% das pessoas em atividade agrícola não remunerada são mulheres e que a População Economicamente Ativa (PEA)¹⁰ feminina rural abrange apenas 42% das mulheres do campo. Conforme se verá ao longo desta seção, esses números não retratam absolutamente nem a dimensão da contribuição produtiva das mulheres do campo e da floresta nem tampouco a realidade de seus exaustivos cotidianos de trabalho.

10. Conceitualmente, a PEA compreende a população ocupada e a população desocupada; formam esta última as pessoas que, sem trabalho atual, afirmam estar em busca de trabalho. A População não Economicamente Ativa, por sua vez, engloba, entre outras, as pessoas que, embora em idade para trabalhar, desistiram de buscar trabalho, ou por serem incapacitadas para exercê-lo ou por terem outras atividades, como cuidar de afazeres domésticos ou estudar; pertencem a tal grupo os chamados desempregados por desalento, isto é, as pessoas que, desempregadas há mais de um mês, não estão em busca de emprego (IBGE).

Não se podem subestimar os efeitos sociais deletérios de um sistema de informações que se nega a atribuir à mulher o espaço que lhe cabe. O conhecimento estatístico não apenas expressa uma imagem particular da sociedade – baseada em um olhar específico, sempre parcial, seletivo e contingente –, como também reforça essa imagem, na medida mesma em que exerce um papel importante para a formulação e para a manutenção de uma visão de mundo. Nesse sentido é que se argumenta que é essencialmente através da luta por conferir visibilidade ao trabalho feminino que se constitui a trajetória de afirmação política das mulheres do campo e da floresta. Foi a partir desta perspectiva que a pesquisa estabeleceu como um dos principais objetivos evidenciar justamente aquilo que as estatísticas oficiais ocultam.

Aferir a percepção das mulheres acerca de seu trabalho sob um prisma que se diferenciava das categorias utilizadas nas pesquisas oficiais constituiu um grande desafio. A concepção de que o trabalho realizado por mulheres decorre de um suposto papel natural feminino está tão arraigada socialmente que elas próprias encontram dificuldade para classificar suas numerosas atividades diárias como trabalho. Mesmo quando executam trabalhos considerados “produtivos”, elas frequentemente descaracterizam e desvalorizam tais atividades, atribuindo-lhes uma função meramente auxiliar do trabalho masculino.

Diante disso, um dos mecanismos utilizados para assegurar, tanto quanto possível, que o trabalho delas se tornasse, em sua variedade e sua duração, efetivamente presente nos dados foi retomar o tema em diferentes momentos no questionário, designando-o a cada vez por termos diversos – “ocupação”, “afazeres”, “tarefa”, “produção” etc. – ou instando a entrevistada a somente descrever suas atividades cotidianas. A partir desta estratégia, buscou-se mensurar não apenas a contribuição do trabalho chamado “produtivo” das mulheres ocupadas, mas também aferir as duas modalidades de trabalho que, além de tradicionalmente imputadas à mulher pela divisão sexual do trabalho, são, com frequência, as mais invisibilizadas: a produção para o autoconsumo e o trabalho doméstico, ditos trabalhos “reprodutivos”. A ideia foi dar reconhecimento a uma visão mais integral da economia, considerando todos os recursos mobilizados nos ciclos de produção, reprodução e criação de riqueza.

Uma importante constatação da pesquisa, entretanto, foi que a separação entre trabalho “produtivo” e “reprodutivo” nas unidades familiares rurais parece muito mais ideológica do que prática. Dado que o domicílio rural é também percebido como uma unidade produtiva, as fronteiras entre esses tipos de trabalhos pareceram muito tênues ou, em alguns casos, inexistentes. Como se poderá ver adiante, servem principalmente para reforçar a anulação do trabalho feminino e dificultar a conscientização sobre a carga de sobretrabalho que se impõe à mulher.

Na primeira vez que a questão do trabalho foi abordada no questionário, as entrevistadas foram instadas a relacionar “livremente” suas ocupações principais e secundárias. Nesta oportunidade, *77% das entrevistadas com domicílio permanente ou intermitente em área rural afirmaram desempenhar, regularmente, atividade agrícola no estabelecimento, sendo que 82% citaram-na como ocupação principal.*¹¹ Além disso, *mais*

11. Consideraram-se nesses e nos percentuais seguintes apenas as respostas válidas, não vazias.

de um terço dessas mulheres (34%) afirmaram ter alguma ocupação não agrícola fora do estabelecimento, 8% disseram desempenhar ocupação agrícola fora do estabelecimento e apenas 2% afirmaram não trabalhar. Entre as entrevistadas com domicílio exclusivamente urbano, 17% relataram ter alguma ocupação agrícola, evidenciando que seus laços com o mundo rural ainda são fortes, razão pela qual integram o grupo da Marcha das Margaridas.

Como foi indicado na introdução deste relatório, as mulheres participantes da Marcha das Margaridas formam um público específico e, por isso, não se pode julgar que as informações apuradas na pesquisa sejam extensíveis ao conjunto das mulheres rurais brasileiras. Em todo caso, parece relevante destacar que este primeiro retrato é já bastante distinto daquele oferecido pelas estatísticas oficiais, no qual, por exemplo, apenas 42% das mulheres com domicílio rural são classificadas como economicamente ativas.

Em outra etapa do questionário, solicitou-se às entrevistadas que relacionassem os principais produtos de origem animal e vegetal gerados pelo trabalho na unidade familiar. Após responderem a essa questão – cujos resultados constam na seção anterior deste relatório –, perguntou-se a elas se trabalhavam na produção dos itens elencados. Nesta oportunidade, as respostas positivas revelaram um percentual ainda maior de mulheres envolvidas com as atividades agrícolas do estabelecimento: *90% das mulheres com domicílio permanente ou intermitente no meio rural afirmaram que trabalhavam na produção familiar, e não 77%, como fora captado na questão anterior.*

Em seguida, as entrevistadas foram indagadas se *trabalhavam* na produção para autoconsumo e na produção para a venda. *A proporção das entrevistadas que disseram trabalhar na produção para autoconsumo ficou em 89% do total.* De outra parte, considerando apenas estabelecimentos em que as entrevistadas relataram haver produção para venda, *83% delas afirmaram trabalhar na produção para a venda.* Essas informações, além de acentuarem o contraponto com as estatísticas oficiais, mostram que, a rigor, o trabalho agrícola das mulheres no interior do estabelecimento não se restringe à produção para o autoconsumo, que não gera renda monetária direta e se prende à esfera reprodutiva da unidade familiar. O trabalho delas contribui, igualmente, na produção que se destina à comercialização, ou seja, é suscetível de gerar renda monetária e compreendido, nessa medida, como elemento da esfera produtiva da unidade familiar.

Essa conclusão é reiterada pelos dados relativos às mulheres casadas ou em união estável com domicílio rural. *Entre as 308 mulheres que afirmaram que ela ou o cônjuge/companheiro participam da produção para o consumo familiar, 238 (77%) dividem esse trabalho com o cônjuge/companheiro e 41 (13%) trabalham sem a contribuição do cônjuge/companheiro (com ajuda ou não de outras pessoas).* Da mesma forma, *entre as 237 mulheres que afirmaram que ela ou o cônjuge/companheiro participam da produção para venda, a maior parte (169 mulheres ou 71%) faz esse trabalho em conjunto com o cônjuge/companheiro, enquanto 32 (14%) fazem sem contribuição do cônjuge/companheiro (com ajuda ou não de outras pessoas).*

Esses dados denotam que a ideia segundo a qual há separação, na organização do trabalho agrícola, entre esfera reprodutiva (produção para o autoconsumo) e esfera produtiva (produção para a venda) encontra pouco respaldo na percepção das mulheres

acerca de sua prática. Podem-se aduzir, ao menos, três razões para explicar esses resultados. Em primeiro lugar, a produção comercializável é, frequentemente, o excedente da produção que serve ao consumo da família: a família consome os mesmos produtos que destina à venda. Portanto, é plausível presumir que, no momento da produção, não subsista rigorosa separação entre os trabalhos. A tabela 12 oferece evidências adicionais para tal assertiva, ao mostrar que os vinte produtos/atividades mais presentes nos estabelecimentos agrícolas familiares são gêneros alimentícios. Em segundo lugar, a mão de obra familiar disponível para a produção é, por vezes, tão restrita que não há sentido prático em professar uma especialização do trabalho agrícola na unidade produtiva. Enfim, ao permitir que as entrevistadas se exprimissem diretamente sobre seu próprio trabalho, considerando-as, na prática, como as pessoas de referência do domicílio, a pesquisa pôde, por assim dizer, deslocá-las de posições, na ocupação, tradicionalmente subalternas com que elas figuram nos dados oficiais – como trabalhadoras apenas na produção para autoconsumo ou trabalhadoras auxiliares, cujos trabalhos não têm expressão monetária direta –, para a posição de coprotagonistas da dinâmica produtiva familiar.

Se a suposição de que há uma divisão sexual do trabalho agrícola que relega a mulher *apenas* à esfera reprodutiva da produção para autoconsumo não tem aderência ao plano prático, ela pode, por outro lado, seguir exercendo, no plano político, o seu efeito de legitimação da dominação masculina nas relações intradomiciliares. Reforçando a distinção de que os homens realizam o trabalho produtivo e as mulheres, o trabalho reprodutivo – ou não produtivo –, o esquema da divisão sexual do trabalho pode contribuir para invisibilizar o sobretabalho feminino. Esta consequência ganha relevo quando se analisam os resultados da pesquisa relativos ao trabalho doméstico.

Na primeira parte do questionário, *quando instadas a declarar as suas ocupações, as entrevistadas que incluem espontaneamente entre estas o trabalho doméstico constituem minoria: 21% do total, incluindo mulheres com domicílios rurais e urbanos*. Mesmo se se agregar a essa proporção o número das que se referem a trabalho não agrícola no domicílio – categoria que pode incluir atividades reconhecidas pela entrevistada como afazeres domésticos –, esse número se eleva a apenas 31% do total. Por outro lado, *quando se lhes questiona diretamente qual pessoa na casa realiza, na maior parte das vezes, os afazeres domésticos, 83% das entrevistadas dizem que são elas próprias*. A diferença sugere o grau de invisibilidade que, para as próprias mulheres que o realizam, tem o trabalho doméstico.

Noutro momento do questionário, a pesquisa investigou o que as entrevistadas consideravam, substancialmente, como afazeres domésticos. A par de ilustrar a variedade dos trabalhos que são, indiscriminadamente, unificados sob a rubrica de “domésticos”, o objetivo desse questionamento foi captar em que medida as mulheres rurais arrolavam, entre os afazeres domésticos, atividades que, sob outro enfoque – notadamente, quando realizadas por um homem –, são classificadas como produtivas.

Considerando-se a totalidade das entrevistadas, atividades menos controvertidamente vinculadas à noção tradicional de trabalho doméstico, como os cuidados com as roupas e com a alimentação da família, foram incluídas entre os afazeres domésticos por 90% das entrevistadas. Também foi de 90% o índice das entrevistadas que classificavam, entre os afazeres domésticos, a limpeza da casa ou do terreno. É importante assinalar

que, entre as mulheres com domicílio rural, o índice de respostas afirmativas para esse quesito alcançou os mesmos 90%, mas, no caso delas, a relativa indistinção entre o espaço doméstico e o espaço da produção que caracteriza a unidade familiar rural pode ocultar, sob a designação do ato de *limpar a casa ou o terreno*, uma carga de esforço físico muito mais intensa que a despendida com a limpeza de uma casa em área urbana. Além disso, atividades ligadas à chamada “economia do cuidado” – cuidar de crianças, de pessoas idosas e doentes da família – foram mencionadas, como parte daquilo que elas definem como *afazeres domésticos*, por 43% das entrevistadas.

O dado que mais chamou a atenção nesses últimos resultados foi a proporção expressiva – 26% – das mulheres entrevistadas, com domicílio permanente ou intermitente no meio rural, que acrescentaram, entre os trabalhos identificados por elas como afazeres domésticos, ao menos uma atividade frequentemente vinculada à esfera da produção, como o *cultivo de hortas e pomares, o trato e criação de animais e a participação na produção agrícola*. A questão convida a refletir, portanto, em que medida a associação dessas atividades a afazeres domésticos contribui para invisibilização de uma parte significativa do trabalho feminino na unidade familiar.¹²

Apesar de todas essas dificuldades verificadas na captação de informações acerca do trabalho efetivamente realizado pelas mulheres, foi possível aferir um importante indicador: *considerando os trabalhos realizados na unidade de produção familiar e os trabalhos externos, a renda média gerada pelo total de trabalhos em que as entrevistadas se engajam responde por mais da metade da renda domiciliar total (55%)*.¹³ Esses trabalhos não são, necessariamente, realizados apenas pelas mulheres entrevistadas; pelo contrário, grande parte do trabalho no domicílio é realizada por mais de um integrante da família. Em todo caso, esta informação diz muito sobre a relevância do trabalho feminino na renda familiar e contribui para a desconstrução da ideia de que a mulher se envolve, prioritariamente, com os afazeres domésticos e a produção para o autoconsumo, e apenas marginalmente, com a produção para venda.

Para que se obtivesse esse dado, solicitou-se às entrevistadas – numa terceira etapa do questionário – que relacionassem todas as atividades/trabalhos/ocupações que realizaram no último ano e a respectiva renda obtida. Entre as atividades que desenvolvem dentro da unidade familiar, *a grande maioria das mulheres (87%) citou a atividade agrícola, a pecuária e/ou o extrativismo* – número bastante próximo dos 90% que responderam trabalhar na produção agrícola familiar, quando perguntadas diretamente a esse respeito. *Um percentual significativo de mulheres mencionou, entre suas ocupações, a costura e o artesanato (25%) e a fabricação de doces, laticínios, geleias e farinhas (19%)*, atividades comumente associadas aos trabalhos domésticos das mulheres, apesar de muitas vezes contribuírem com parcela significativa da renda familiar.

A renda média¹⁴ gerada pelas atividades produtivas em que as mulheres se engajam dentro da unidade familiar foi de R\$ 520,28, valor próximo ao do salário mínimo (SM) vigente na

12. Muitas frases recolhidas ao longo das entrevistas – como “Todo tipo de serviço da mulher é trabalho doméstico” ou “Estar cuidando da terra é trabalho doméstico” – incidem nessa conclusão.

13. Não estão computadas nesse número as rendas provenientes de aposentadorias e pensões – recebidas por mulheres ou homens – e dos programas de transferência de renda.

14. Considerando apenas as entrevistadas que auferiram renda com atividades dentro da unidade de produção familiar.

época (R\$ 545,00). Cerca de 30% das mulheres mencionaram uma renda mensal igual ou superior a um SM, como se pode observar na tabela 14.

TABELA 14
Distribuição da renda obtida¹ com as atividades realizadas *dentro* da unidade de produção familiar ou domicílio em faixas de SM

Faixa de SM	%
Menor que 1/4 de SM	18,1
De 1/4 de SM a 1/2 SM, exclusive	21,3
De 1/2 SM a 1 SM, exclusive	30,6
De 1 SM a 2 SM, exclusive	18,1
2 ou + SMs	12,0
Total	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Considerando-se apenas as entrevistadas que auferiram renda com atividades dentro da unidade de produção familiar.

No que diz respeito aos trabalhos externos – aqueles realizados fora da unidade de produção familiar –, os resultados da pesquisa foram surpreendentes. Conforme se observa na tabela 15, *a maior proporção relativa (43%) de mulheres com domicílio permanente rural declarou exercer atividades dentro e fora da unidade de produção familiar*. O dado vai de encontro à noção habitual segundo a qual as mulheres rurais se mantêm, por assim dizer, reclusas às atividades da sua casa e sua terra. Além disso, tal informação sugere que as mulheres têm, de fato, grandes responsabilidades em relação ao sustento da família.

Parte desse resultado pode estar associada ao perfil característico do conjunto das entrevistadas, em que se destacam mulheres com maior grau de politização e vinculadas a movimentos sociais e sindicais. *Aliás, a atividade externa mais citada entre as mulheres foi justamente a sindical (38% a mencionaram)*. Mas uma boa parte das ocupações externas descritas pelas mulheres envolve tarefas subsequentes à produção, como venda e beneficiamento de seus produtos, ou simplesmente outros trabalhos que visam complementar a renda familiar, inclusive o serviço público (19%).

TABELA 15
Tarefas, trabalhos ou ocupações realizados segundo a localização do domicílio

Tarefas, trabalhos ou ocupações (exceto afazeres domésticos)	Rural		Urbano		Rural/Urbano	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Dentro do domicílio ou na unidade de produção familiar	165	39	10	8	11	16
Fora do domicílio ou da unidade de produção familiar	41	10	79	65	16	23
Dentro e fora do domicílio ou unidade de produção familiar	181	43	22	18	41	59
Não, apenas afazeres domésticos	30	7	11	9	1	1
(vazio)	3	1	0	0	0	0
Total geral	420	100	122	100	69	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Não apenas é elevado o número de mulheres que realizam trabalhos fora da unidade de produção familiar, como também é relativamente alta a participação da renda externa auferida por elas na renda familiar total. Já foi sublinhado que, considerando trabalhos na unidade de produção familiar e trabalhos externos, a renda média gerada pelos trabalhos em que as entrevistadas se engajam responde por mais da metade da renda

domiciliar total (55%). A contribuição da renda do trabalho externo é significativa para este resultado: *considerando apenas aquelas mulheres que declararam ter renda de trabalho externo, a média dessa renda foi de R\$ 752,11, sendo que 55% das mulheres desse grupo declararam valor acima de um SM.*

TABELA 16
Distribuição da renda obtida¹ com atividades realizadas fora da unidade de produção familiar ou domicílio em faixas de SM

Faixa de SM	%
Menor que 1/4 de SM	15,6
De 1/4 de SM a 1/2 SM, exclusive	12,5
De 1/2 SM a 1 SM, exclusive	16,8
De 1 SM a 2 SM, exclusive	34,3
2 ou + SMs	20,8
Total	100,0

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Nota: ¹Considerando-se apenas as entrevistadas que auferiram renda com atividades fora da unidade de produção familiar.

Embora as mulheres participem ativamente dos trabalhos considerados produtivos, a pesquisa evidenciou que os homens realizam poucas atividades que elas consideram como trabalhos domésticos. Entre as mulheres casadas ou em união estável, apenas 25% incluem o marido entre as pessoas do domicílio que auxiliam no trabalho doméstico. Sem dúvida, esta é uma das principais razões da sobrecarga de trabalho que recai sobre as mulheres: se, por um lado, elas contribuem decisivamente para a geração de renda familiar, por outro lado o trabalho dito “reprodutivo” não é igualmente dividido entre os membros da família. Com o acúmulo de atribuições e responsabilidades, as mulheres relataram muito pouco tempo para descanso ou lazer, essenciais à recuperação física e mental dos esforços despendidos no trabalho. A tabela 17 sintetiza as informações dadas pelas mulheres sobre como usam e distribuem seu tempo entre as atividades, pondo em evidência o intenso grau de ocupação das mulheres rurais.

TABELA 17
Tempo médio gasto com o trabalho segundo situação de domicílio e tipo de atividade

Situação de domicílio	Local/tipo da atividade	Horas por dia	Dias por semana
Rural	Trabalho doméstico	4,9	6,0
	Trabalho no estabelecimento/domicílio	4,7	4,5
	Trabalho fora do estabelecimento/domicílio	5,5	3,8
Urbano	Trabalho doméstico	4,6	6,0
	Trabalho no estabelecimento/domicílio	5,0	4,8
	Trabalho fora do estabelecimento/domicílio	6,7	4,8
Rural/urbano	Trabalho doméstico	4,4	5,8
	Trabalho no estabelecimento/domicílio	4,5	4,3
	Trabalho fora do estabelecimento/domicílio	5,3	4,2

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Os dados traduzem uma impressão comum relatada pelos entrevistadores que aplicaram os questionários: as mulheres entrevistadas tinham dificuldade de fixar as divisões de tempo por atividades, porque, em geral, não havia interrupções entre estas. Um procedimento adotado para contornar esse problema – solicitar à entrevistada que

descrevesse as atividades que rotineiramente realizava ao longo de um dia – tornou patente que a regra entre elas era a ausência de tempo livre. Esses resultados, embora contenham uma presumível subestimação, apontam para um cotidiano extenuante: *uma jornada média de 15 horas de trabalho por dia e uma semana média de cinco dias de trabalho.*

Para as mulheres com domicílio urbano, normalmente vinculadas a ocupações externas com jornadas regulares de trabalho, o efeito de subestimação é menor, o que em parte explica por que relatam uma jornada mais extensa. As entrevistadas que moram parte da semana na cidade e parte no campo têm menor jornada relatada, mas é bastante provável que não tenham contado aí o tempo de deslocamento de sua dupla situação de domicílio. As entrevistadas com domicílio permanente no meio rural informam um maior tempo diário e semanal relacionado aos afazeres domésticos, e é possível que, também nesse caso, opere, na sua percepção acerca de suas próprias ocupações, os mecanismos de invisibilização do trabalho feminino.

Concluindo esta seção, importa destacar que os resultados desta pesquisa, ainda que não extensíveis ao conjunto das mulheres rurais brasileiras, sugerem que pouco se sabe sobre a valiosa contribuição social e econômica do trabalho delas. Parece claro que a participação das mulheres nas atividades agropecuárias é subdimensionada nas estatísticas oficiais, o que obscurece a compreensão sobre a dinâmica das relações de gênero e das desigualdades existentes no meio rural brasileiro.

5 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

As mulheres rurais assumem de forma crescente grandes responsabilidades econômicas no grupo familiar que integram. Já foi destacado, entretanto, que esta significativa participação econômica das mulheres é invisibilizada, desvalorizada e estigmatizada como “ajuda” ou, ainda, como “não produtiva”, mesmo que gere parte considerável da renda e do abastecimento alimentar familiar. A naturalização das desigualdades de gênero está na base da dependência das mulheres em relação ao universo masculino e, conseqüentemente, da negação de sua autonomia econômica, pessoal e política. Por isso, como foi dito, a luta por conferir visibilidade ao trabalho feminino tem sido essencial na trajetória de afirmação política das mulheres do campo e da floresta.

Desde o final dos anos 1980, a atuação das mulheres rurais na luta pela sua afirmação como agricultoras e como sujeitos políticos que questionam as relações de poder existentes no meio rural ganha força. A Marcha das Margaridas, realizada pela primeira vez em agosto de 2000, é a expressão máxima desse movimento e tem revelado a grande capacidade de mobilização¹⁵ e o crescente amadurecimento político dessas mulheres. Trata-se de um movimento de caráter formativo, de denúncia e de pressão, mas também de proposição, diálogo e negociação política com o governo federal. Nesta esfera, a marcha já acumula diversas conquistas: a criação do Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDMTR);

15. O crescimento do número de mulheres mobilizadas em Brasília na Marcha das Margaridas a cada edição é surpreendente: em sua primeira edição, em 2000, a marcha mobilizou em Brasília cerca de 20 mil mulheres de todo o país. Em 2003, em sua segunda edição, o número de mulheres marchando dobrou. Em 2007, cerca de 50 mil trabalhadoras rurais participaram da marcha. Já na última edição, em 2011, mais de 100 mil mulheres foram reunidas em Brasília. Fonte: <<http://www.cutsp.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) Mulher; a instituição da titulação conjunta obrigatória e do crédito instalação para mulheres assentadas; a criação do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas para o Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta; entre outras.

Os êxitos desse movimento não podem ser resumidos, contudo, aos avanços institucionais e às respostas governamentais no âmbito das políticas públicas. A mobilização de milhares de mulheres do campo e da floresta de todas as partes do país para reivindicar direitos, denunciar as condições precárias a que estão expostas e fazer valer o reconhecimento de sua condição de sujeitos políticos e de trabalhadoras é já, por si só, um grande indicador da história vitoriosa dessa ação política. Não são poucos nem brandos os obstáculos que se opõem à existência de grandes mobilizações políticas desta natureza. As injustiças e violências de toda sorte a que estão submetidas as mulheres rurais nos espaços sociais, públicos e privados, certamente impõem severas restrições à participação delas em movimentos e grupos sociais. É necessário ter isso em mente para reconhecer a magnitude do fenômeno que se tornou a Marcha das Margaridas.

Em primeiro lugar, importa ressaltar que as reivindicações das mulheres do campo e da floresta não envolvem “apenas” um enfrentamento das desigualdades de gênero mas também a necessária articulação dessas desigualdades com as desigualdades de classe. Essa correlação exprime-se na homenagem que, em seu nome, a marcha faz à trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, brutalmente assassinada por usineiros da Paraíba em agosto de 1983. A união dessas mulheres afronta tanto os poderes instalados no interior de suas casas, como aqueles relacionados ao grande capital agroindustrial.

É difícil enumerar todas as formas de violência a que essas mulheres estão expostas. Se a violência física, psicológica, sexual ou institucional exprime, para além da discriminação de gênero e da opressão sexista que atingem individualmente as mulheres, formas de coerção ao protagonismo político feminino,¹⁶ também a intensidade do trabalho a que as mulheres são submetidas, a sobrecarga de responsabilidades familiares e a falta de tempo livre para si mesmas comprometem seriamente o engajamento delas em atividades na esfera pública e política. A limitada autonomia econômica – em razão da restrita possibilidade que lhes é dada de dispor dos recursos que são fruto do seu trabalho – afigura-se como outro obstáculo que agrava o contexto de dependência e vulnerabilidade das mulheres e as dificuldades, ainda bastante presentes, que decorrem da baixa autoestima, da insegurança e do medo. As participantes da Marcha das Margaridas superaram, em algum grau, esses obstáculos. Apesar da diversidade de percepções que marca o universo das entrevistadas, estas se mostraram ligadas entre si por um aspecto essencial: a maior parte delas revelou ter uma trajetória de vida repleta de experiências de luta política e de participação social.

Uma vez que a afirmação política das mulheres se relaciona a essas experiências, e sua identidade é fortemente marcada pelo trabalho, pela sua ligação com a terra e pelo grupo social a que elas se filiam, o questionário buscou verificar de que maneira as mulheres se reconheciam como sujeitos políticos e sociais. Para tanto, foi-lhes

16. O tema da violência será tratado na seção seguinte deste relatório.

perguntado, a partir da leitura de uma lista de dez categorias político-sociais – a maior parte delas relacionada ao mundo rural, como se pode ver na tabela 18 –, com qual delas as mulheres se identificavam. As alternativas transcendem os modos de inserção da mulher no mundo do trabalho: dizem respeito às trajetórias de vida e aos laços socioculturais que caracterizam essas mulheres e nem sempre coincidem com a categoria ocupacional que elas têm. Por essa razão, a questão admitia mais de uma resposta, isto é, as mulheres poderiam identificar-se com mais de um grupo, e essa pluralidade, embora não tenha sido a regra na pesquisa – com efeito, 72% das entrevistadas mencionaram apenas um grupo, e o número médio de grupos mencionados por cada entrevistada ficou em 1,5 –, tem-se mostrado como componente importante na autodefinição de grupos sociais cujas trajetórias se sobrepõem. Assim, entrevistadas que já se tornaram assentadas da reforma agrária fazem questão de se declararem também como “acampadas”, tanto por sentirem que essa condição pertence à sua história de vida quanto por se solidarizarem àqueles que ainda vivem em acampamentos à espera de um lote de assentamento; outras se identificam simultaneamente como quilombolas e ribeirinhas ou quilombolas e extrativistas, ou mencionam sucessivamente essas três categorias, que abrangem o sentimento de pertença a um grupo sociopolítico historicamente constituído, um tipo específico de relação com a terra e uma atividade produtiva. As proporções listadas na tabela 18 representam não o número de mulheres que se identificaram com cada categoria, mas a frequência com que cada categoria foi mencionada pelo conjunto das entrevistadas.

TABELA 18

Com qual grupo social de mulheres trabalhadoras a senhora mais se identifica?

	%
Agricultora familiar	67
Trabalhadora rural/boia-fria	10
Trabalhadora urbana	14
Extrativista	6
Pescadora/ribeirinha	6
Assentada	15
Acampada	4
Quilombola	4
Quebradeira de coco babaçu	5
Camponesa	8
Outra	6

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

As características específicas do público da marcha e o papel preponderante que a CONTAG desempenha na mobilização explicam, em boa medida, a grande proporção de entrevistadas que se identificaram com o grupo *agricultora familiar* (67% das ocorrências), mas esse resultado pode ser em parte atribuído ao fato de que tal categoria – definida por lei própria – é eleita, pelo Estado, como público destinatário de políticas públicas especificamente voltadas à população rural. Isto não quer dizer, todavia, que as mulheres assumem passivamente uma identidade social ou política que lhes é determinada externamente: em primeiro lugar, a constituição dessas categorias em referência para a ação das políticas públicas resulta, ela própria, da mobilização e da luta de mulheres e homens pelo reconhecimento de sua condição de sujeitos políticos;

além disso, uma vez institucionalizadas tais categorias, as formas pelas quais os grupos sociais as assumem ou delas se apropriam envolvem, amiúde, uma percepção ativa, inteligente, dessas categorias como estratégias de inserção em um processo político mais amplo, que diz respeito à luta pelo reconhecimento de seus direitos e pela afirmação de sua autonomia.

A organização das mulheres não se dá apenas em grupos estritamente femininos: ela ocorre em diversos espaços de convivência e militância, onde as desigualdades de gênero estão presentes, mas onde também elas lutam contra essas desigualdades. A tabela 19 ilustra, sob muitos aspectos, essa característica. Pode-se observar que, em média, cada entrevistada participava de 3,6 grupos político-sociais diferentes. Considerando que as mulheres rurais compõem a maioria da amostra e mesmo levando em conta a especificidade do público da marcha, esses dados, assim como os relativos ao trabalho externo, permitem contradizer uma imagem tradicional dos povos do campo que os representa sob o signo do isolamento e da apatia política. É, ademais, importante sublinhar que esses resultados são muito semelhantes entre, de um lado, mulheres solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas, e, de outro, mulheres casadas ou em união estável. Ou seja: independentemente do estado civil e das responsabilidades com que estão envolvidas, tais mulheres parecem ter conseguido criar, em seus cotidianos, espaços de sociabilidade exteriores à esfera doméstica e familiar e nos quais elas podem encontrar, além de meios de proteção recíproca, formas de compartilhar experiências, de se empoderarem e questionarem a invisibilidade política, social e econômica em que estão imersas.

TABELA 19
Participação em grupos sociais segundo estado civil

Grupos sociais	Solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas (universo: 237)		Casadas ou união estável (universo: 374)		Total (universo: 611)	
	Quantidade	% do universo	Quantidade	% do universo	Quantidade	% do universo
Sindicato de trabalhadores	179	76	301	80	480	79
Partido político	84	35	108	29	192	31
Cooperativa	44	19	68	18	112	18
Movimento social	88	37	112	30	200	33
Grupo religioso	113	48	196	52	309	51
Clube de mães	29	12	50	13	79	13
Associação comunitária	112	47	202	54	314	51
Grupo de mulheres	114	48	198	53	312	51
Conselhos estaduais/municipais	77	32	107	29	184	30
Outros	14	6	9	2	23	4
Nenhum (vazio)	7	3	7	2	14	2
	0	0	1	0	1	0
Total geral	861		1.359		2.220	
Participação média em grupos sociais	3,6		3,6		3,6	

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Como mostra a tabela 19, quase 80% das mulheres afirmaram participar do sindicato de trabalhadores de sua região, e pouco mais da metade (51%) declarou-se associada a grupos religiosos, de mulheres ou a associações comunitárias. São também significativas as proporções de participação das mulheres em cooperativas (19%) – uma estratégia de

inserção produtiva com certa margem de autonomia em relação à dinâmica familiar – e em movimentos sociais (37%) e partidos políticos (35%). Porém, embora os sindicatos representem o grupo social que vincula a maioria das mulheres entrevistadas, muito poucas entre elas exercem cargos dirigentes nessas organizações: apenas 17% das que pertencem a sindicatos afirmaram atuar, neles, como presidentes, diretoras, secretárias ou como vices ou suplentes de alguma dessas funções.

A mobilização política das mulheres, com a consequente construção de uma pauta de reivindicações cada vez mais abrangente e qualificada, tem produzido importantes efeitos sobre a formulação de políticas públicas. Uma dessas políticas, o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004, atende a uma necessidade apontada desde há muito pelos movimentos de mulheres rurais: a extensão, às mulheres do campo, da cidadania formal. A despossessão das mulheres de documentos essenciais que registrem sua situação civil ou conjugal ou que as identifiquem como trabalhadoras constitui não apenas fonte de desigualdade entre elas e os homens, mas, ainda, um impedimento ao acesso a direitos, como a aposentadoria rural, e a políticas públicas, como as de crédito produtivo e de obtenção de terra. Concebido no âmbito do MDA, o PNDTR tem, com efeito, o objetivo de garantir a emissão gratuita de documentos civis e trabalhistas e vem operando, quase sempre, por meio de mutirões itinerantes que levam os postos de registro às localidades onde residem as mulheres rurais.

Em uma de suas questões, a pesquisa procurou verificar em que medida o déficit de documentação civil ainda se fazia sentir entre as mulheres do campo e da floresta. Os dados elencados na tabela 20 não podem certamente ser lidos como reflexo fiel da situação das mulheres rurais do país em termos de documentação: as participantes da Marcha das Margaridas formam um grupo específico dentro do universo da população rural feminina, para o qual o acesso à documentação pode ter sido propiciado pelo vínculo que grande parte delas mantém com sindicatos e movimentos sociais. Tais organizações, quando não são as responsáveis diretas, ainda que não exclusivas, pela emissão de determinados documentos – em especial os de cunho trabalhista –, incluem frequentemente, entre as suas próprias ações de filiação, uma política de incentivo à busca, pelas mulheres, dos serviços públicos oficiais de documentação.

TABELA 20
Acesso à documentação segundo situação de domicílio
(Em %)

Documentação	Rural	Urbana
Certidão de nascimento	82,6	89,3
Carteira de identidade	97,1	96,7
Cadastro de Pessoas Físicas (CPF)	97,1	97,5
Título de eleitor	95,9	97,5
Certidão de casamento/união estável ¹	88,0	100 ¹
Carteira de trabalho	87,5	95,1
Carteira de associada ao sindicato rural	77,5	50,8
Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)	33,3	10,7
Não responderam	1,4	2,5

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Nota: ¹ Esses percentuais consideraram apenas as mulheres que se declararam casadas ou em união estável.

Não obstante, os resultados apresentados permitem assinalar questões importantes. Entre os documentos civis pessoais – certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF e título de eleitor –, a cobertura de acesso é bastante ampla e mesmo quase total para os três últimos, sem que se constatem diferenças significativas entre os grupos divididos por situação de domicílio (o grupamento “rural” é composto, aqui, pelas mulheres com domicílio permanente e intermitente nas áreas rurais). O percentual ligeiramente inferior registrado para certidão de nascimento pode ser atribuído, especialmente, à precariedade de acesso a esse documento nas áreas rurais do país, sobretudo para mulheres mais velhas. Os dados para certidão de casamento ou união estável referem-se apenas ao universo das mulheres casadas ou em união estável: os números, conquanto positivos, não dão a segurança de afirmar que se referem à situação conjugal presente das entrevistadas.¹⁷

Quanto às informações relativas à documentação trabalhista, os dados, exprimindo, pela especificidade do público da Marcha das Margaridas, uma realidade que não pode ser estendida ao todo da população rural, apontam para um acesso relativamente amplo à carteira de trabalho – embora maior na cidade (95,1%) que no campo (87,5%) – e para um grande contingente de mulheres filiadas ao sindicato rural (77,5% entre as que têm domicílio rural). Mesmo entre as mulheres com domicílio urbano, a taxa de filiação ao sindicato rural é significativa (50,8%), o que configura uma evidência a mais a corroborar a tese, muitas vezes ventilada ao longo deste relatório, de que elas, mesmo residindo na cidade, mantêm ainda forte vinculação com o rural. O dado mais desabonador registrado refere-se ao acesso das mulheres à DAP: apenas um terço das entrevistadas do meio rural dispõe desse documento, essencial à inclusão em políticas públicas, como as de crédito – mesmo aquelas que se destinam às mulheres, como o PRONAF Mulher –, e que, cada vez mais, têm funcionado como comprovação de desempenho de trabalho agrícola para fins de obtenção de aposentadoria rural. Uma vez que grande parte das entrevistadas tem vínculo com sindicatos rurais, poder-se-ia estimar que essa cobertura alcançaria uma proporção maior do público da marcha.

A despeito disso, o crescimento do número de mulheres participantes da Marcha das Margaridas – que, em 2000, mobilizou cerca de 20 mil mulheres e, em 2011, cerca de 100 mil, segundo a CONTAG – mostra que o movimento das mulheres rurais se tem legitimado pelas suas conquistas e que o campo brasileiro pode ser palco de um amplo processo de transformação das relações de gênero. Os resultados, apurados na pesquisa, com respeito à participação das mulheres nas edições precedentes da marcha, apontam para esse movimento: 71% das mulheres entrevistadas que vieram à marcha jamais haviam estado em qualquer das três manifestações anteriores – em 2000, 2003 e 2007. Dos 29% de mulheres que participavam, pelo menos pela segunda vez, 81% estiveram presentes em 2007, 39%, em 2003 e 21%, em 2000. Tais dados permitem afirmar que, para além do aumento de participação das mulheres, também se intensificou, no decurso dos anos, a adesão das mulheres ao movimento.

Quanto mais mulheres se fortalecem e se mobilizam politicamente, mais elas politizam temas não considerados pelos homens, mais se empoderam e incentivam

17. O número das mulheres com domicílio urbano que declaram possuir esse documento é ligeiramente superior ao de mulheres desse grupo que se declaram atualmente casadas ou unidas a um companheiro. Isto se deve ao fato de parte das que disseram ser viúvas ou estar separadas ter desejado indicar, nas suas respostas, que dispunha de registro formal de sua situação conjugal anterior.

outras a fazerem o mesmo. Este processo, contudo, é lento, e as conquistas já alcançadas ainda são tímidas para mudar as difíceis condições de vida a que grande parte das mulheres do campo está submetida. A seção 6 aborda um dos problemas mais graves que as atingem: a violência.

6 VIOLÊNCIA

A compreensão de que a violência é um fenômeno que extrapola a questão criminal, envolvendo aspectos ligados às condições socioeconômicas, demográficas e culturais, abriu espaço para o entendimento de que as políticas direcionadas para seu enfrentamento deveriam estar presentes nas agendas de todas as esferas governamentais, para além de seu tratamento nas esferas policial e judicial. Tanto os estados quanto os municípios passaram, em anos recentes, a formular e implantar programas e ações em complemento às práticas tradicionais focadas exclusivamente na repressão.

Esse movimento foi intensificado no final da década de 1990 como resposta às pesquisas de opinião sobre os problemas que afetam a vida dos brasileiros, que, além da empregabilidade e do acesso a serviços básicos de saúde e educação, davam destaque às questões referentes à segurança pública. A criação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) deveria atender ao objetivo de tornar os estados e municípios capazes de atuar com maior efetividade nas questões relativas à segurança pública. A garantia de segurança – direito fundamental dos cidadãos – é dever do Estado e condição para o pleno exercício da cidadania: compete ao Estado papel central no controle social por estarem sob seu monopólio os mecanismos jurídicos e os aparatos institucionais. Em consequência, cabe à política de segurança pública instituir mecanismos e estratégias de enfrentamento da violência e da criminalidade.

Contudo, as possibilidades de promoção de uma política de segurança que considere diferentes contextos socioeconômicos e culturais se tornam mais remotas à medida que se avança para localidades mais distantes dos grandes centros urbanos. Nos pequenos municípios e nos territórios rurais, a presença de políticas públicas – como a de segurança – é sempre mais precária, quando não, inexistente. Entretanto, além de problemas relativos à insuficiência de cobertura, sucede ainda que, de modo geral, as políticas de segurança pública são, de fato, concebidas para espaços urbanos, caracterizados pelo grande adensamento populacional, e, por essa razão, o desenho e a forma com que se estruturam não são adaptáveis à especificidade das condições de vida e dos tipos de violência a que estão mais sujeitos os povos do campo e da floresta.

Se as especificidades da violência em territórios rurais trazem desafios à política de segurança pública, o enfrentamento da violência que aflige as mulheres do campo e da floresta exige estratégias ainda mais apuradas. Além das formas de violência que homens e mulheres sofrem, e que são explícito objeto de tipificação criminal e de combate das políticas de segurança pública nas áreas urbanas ou rurais – como assaltos, furtos, violação de domicílio, assédio de traficantes etc. – e das formas de violência que incidem notadamente sobre as populações pobres do campo – exploração de trabalho escravo, assédio de madeireiros e grileiros, despejos em ocupações de terra etc. –, as mulheres do campo e da floresta estão também sujeitas a todas as formas de violência de caráter sexista.

Segundo o conceito adotado pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, de 2007, tal violência constitui “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” (Brasil, 2011). Ou seja, a violência contra as mulheres atravessa todas as instâncias sociais e penetra, frequentemente, a vida doméstica de muitas famílias, abrangendo ações ou condutas efetivamente criminalizadas – como o estupro e a exploração sexual, por exemplo –, mas também práticas tidas por corriqueiras, não graves, que manifestam diferentes modalidades de opressão e discriminação de gênero. Daí os grandes obstáculos ao seu enfrentamento.¹⁸

Considerando as condições em que vivem as mulheres rurais, com pouco acesso a serviços e informações e relativo isolamento, é de se esperar que a exposição delas a tais riscos seja agravada. Além disso, se o enfrentamento da violência contra as mulheres já é difícil nas cidades, onde instituições públicas e privadas podem ser acionadas para cuidados, abrigos e proteções, para as mulheres do campo e da floresta esses caminhos praticamente não existem. Neste contexto, em 2007 foi criado o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, justamente com o objetivo de promover o debate entre sociedade civil e representantes governamentais sobre o tema, de modo a ampliar o alcance das políticas públicas e adequá-las às realidades locais.

A partir desta breve contextualização, a pesquisa buscou identificar as múltiplas formas de violência que afetam as mulheres rurais, tanto no âmbito doméstico quanto nos espaços públicos. Conforme ressalta o conceito de violência contra as mulheres apresentado anteriormente, as agressões físicas e sexuais sofridas pelas mulheres, conquanto possam ser reputadas as mais graves, não esgotam, entretanto, outras formas de violência, de conteúdo moral e emocional, a que as mulheres estão sujeitas.

Como foi rapidamente referido na seção de Metodologia, a abordagem das questões relativas à violência de gênero era precedida por uma breve preleção, por parte do entrevistador, que informava à entrevistada o caráter difícil e delicado dos temas que seriam tratados nas perguntas seguintes e solicitava a sua anuência para dar continuidade à entrevista. O enunciado das questões, entretanto, não fazia alusão explícita ao termo “violência”, tendo em vista que, com frequência, atitudes e comportamentos agressivos de que as mulheres são vítimas nem sempre são reconhecidos por elas como violência, pois são naturalizados, compreendidos como uma forma de se relacionar. As questões, além de indagarem sobre um tipo específico de violência – moral, física, patrimonial, institucional e sexual –, buscavam saber o vínculo de parentesco ou de conhecimento do agente da violência em relação à mulher entrevistada e a forma com que ela respondeu ou reagiu a essa violência.

18. Parece importante ressaltar que o conceito de enfrentamento, segundo Brasil (2011), diz respeito à implantação de políticas públicas amplas e articuladas que procurem dar conta da complexidade da violência contra todas as mulheres, em todas as suas expressões. O enfrentamento requer a ação conjunta dos diversos setores envolvidos com a questão (saúde, segurança pública, justiça, educação, assistência social, entre outros), no sentido de propor ações que: desconstruam as desigualdades e combatam as discriminações de gênero e a violência contra as mulheres; interfiram nos padrões sexistas/machistas ainda presentes na sociedade brasileira; promovam o empoderamento das mulheres; e garantam um atendimento qualificado e humanizado às mulheres em situação de violência.

O primeiro tipo de violência abordado foi a violência moral ou psicológica:¹⁹ perguntou-se às mulheres se elas já haviam sofrido ameaças, xingamentos, insultos, ofensas ou humilhações. O enunciado da questão não circunscrevia a resposta a nenhum período de tempo específico; seu propósito, com efeito, era suscitar nas entrevistadas a evocação de situações de violência moral e psicológica fortemente marcantes, em que elas, sob intimidação, chantagens ou ameaças, se viram constrangidas a tomar decisões ou se sentiram forçadas a assumir uma posição de subordinação. Noutros termos, a questão visava resgatar experiências de violência que, na história de vida das entrevistadas, se tivessem distinguido por sua intensidade. Tal orientação se manteve em todas as demais questões. *A pesquisa apurou que, do total de entrevistadas, 58% declararam já ter sofrido violência moral ou psicológica. Essa proporção é maior entre as urbanas (66%) que entre as mulheres com residência fixa ou intermitente rural (55%).*

Como se verá na sequência, essa diferença entre mulheres urbanas e rurais, apontando maior proporção de relatos de violência entre as primeiras, repetiu-se nas demais questões sobre violência. Cabe, porém, antecipar aqui duas razões para explicar tais resultados. Em primeiro lugar, as entrevistadas não informaram onde residiam quando sofreram a violência relatada. Isto significa que parte das entrevistadas que vive na cidade – supondo que mantêm estreita ligação com o meio rural, revelada pela própria participação delas na marcha – pode ter sido vítima de violência quando vivia no meio rural. O questionário não oferece formas de quantificar essa ocorrência, mas, nas anotações de campo, verifica-se que algumas entrevistadas identificaram o sofrimento causado pela violência – moral ou de outros tipos – como experiência decisiva para que migrassem para a cidade ou para que se vinculassem, como militantes, aos movimentos sindicais e sociais. Outra causa possível para aquela diferença diz respeito ao fato de, em geral, mulheres urbanas terem acesso mais amplo a serviços de atendimento e a campanhas informativas sobre violência doméstica, o que lhes confere melhores condições de qualificar como violência os agravos sofridos. Essa possibilidade confirmar-se-á logo adiante, pelos dados que apresentam o conhecimento que as mulheres urbanas e rurais têm da existência desses serviços nos seus municípios.

Retomando os resultados relativos às violências moral e psicológica, as tabelas 21 e 22 mostram, respectivamente, os agentes mais frequentemente apontados pelas entrevistadas como responsáveis e as formas como elas reagiram às violências, quando praticadas por cônjuge/companheiro ou no âmbito dos movimentos sociais e sindicais.

19. A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) tipifica a violência psicológica e a violência moral como duas formas diferentes de violência contra a mulher. De acordo com o instrumento legal, a violência psicológica compreende qualquer conduta que cause à mulher dano emocional e diminuição da autoestima ou que a prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação. Já a violência moral é entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. Apesar desta distinção legal, com o objetivo de simplificar o questionário e facilitar a comunicação com as entrevistadas, a opção metodológica adotada nesta pesquisa foi considerar a violência psicológica e moral como categoria única, a exemplo do que foi feito na pesquisa realizada pela Secretaria de Mulheres da CONTAG em 2008.

TABELA 21
A senhora já sofreu ameaças, xingamentos, insultos, ofensas, humilhações? (violência moral ou psicológica)

Por quem?	%
Cônjuge/companheiro	35
Pai	4
Irmão	5
Parente masculino	7
Mãe/Parente feminino	4
Colega de escola	5
Colega de trabalho	6
Chefe	4
Movimento social/sindical	8
Funcionário público	3
Vizinhos	9
Desconhecidos	4
Outros	6

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

TABELA 22
A senhora já sofreu ameaças, xingamentos, insultos, ofensas, humilhações? (violência moral ou psicológica)
 (Em %)

Como reagiu?	Cônjuge/companheiro	Movimento sociais/sindicais
Sofreu calada	39	26
Agrediu também	14	13
Desabafou com familiares/amigos	11	13
Denunciou	12	31
Saiu de casa	16	0
Outra forma	9	18

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Os dados indicam que os cônjuges/companheiros, referidos em 35% das vezes em que as mulheres relatam ter sofrido agressões psicológicas, são os agentes mais mencionados. Além destes, vizinhos (9%) e membros de movimento social/sindical (8%) respondem também por uma proporção considerável dos casos. Entretanto, ao se agruparem os agentes segundo o vínculo com a entrevistada ou o espaço em que a agressão ocorre, pode-se dizer que, excluindo o cônjuge, os familiares próximos – pais (4%), irmãos (5%), parentes masculinos (7%) – são citados em 16% das vezes e que, em ao menos 10% destas, a violência moral ou psicológica relatada se dá nos ambientes de trabalho, tendo por agentes o chefe (4%) ou os colegas (6%), excluídos, dessa conta, os membros de movimento social/sindical.

Por outro lado, contrapondo as reações das entrevistadas segundo os agentes, como na tabela 21, é possível notar que, quando se trata dos cônjuges/companheiros, as mulheres que afirmam ter sofrido violência moral ou psicológica tendem, na maior parte das vezes, a *sofrer caladas* (39%). A segunda forma de

reação mais citada foi *sair de casa* (16%), o que demonstra o quanto experiências desse tipo de violência, longe de serem menos danosas, podem, em certos casos, compelir as mulheres a atitudes extremas. As tabelas 21 e 22 mostram também que, entre aquelas que sofreram tal violência no âmbito dos movimentos sindicais ou sociais, a maior parte delas (31%) afirma ter denunciado o agressor, administrativa ou judicialmente. Embora, nesses casos, ainda seja relativamente alta a proporção de mulheres que sofrem caladas (26%), a diferença permite presumir que a politização das mulheres ou sua experiência de participação em movimentos políticos, como sindicatos e movimentos sociais organizados, contribui para que elas identifiquem nessa violência uma forma de discriminação pela qual o agente deve responder.

A *violência física* foi abordada em uma questão específica: “A senhora já foi fisicamente agredida?”. Mais uma vez, não estava em causa verificar a época em que a entrevistada sofrera violência, mas o grau com que essa experiência ainda a mobilizava emocionalmente. Encontram-se, nos relatos de campo dos entrevistadores, exemplos de entrevistadas que mostraram as cicatrizes e marcas de ferimentos decorrentes de agressões físicas. Os dados apontam que 27% das mulheres entrevistadas – cerca de duas em cada sete mulheres – declaram ter sofrido violência física. A proporção, conforme adiantado anteriormente, é maior entre as que têm residência urbana (37%) que entre as que moram no campo (25%, ou uma em cada quatro). A tabela 23 apresenta os agentes mais vezes citados pelas entrevistadas que disseram ter sofrido violência física: nota-se que, nesse quesito, o cônjuge/companheiro responde por 58% das menções, mas que as agressões no espaço familiar, que têm por agentes indivíduos do sexo masculino, abrangem 21% dos casos (pai, 10%; irmão, 6%; outro parente masculino, 5%). Esses dados reforçam a tese de que a violência física sofrida pelas mulheres transcorre, na maior parte das vezes, no espaço doméstico e é praticada por pessoas afetivamente próximas da vítima, com as quais esta tem relações de convivência contínua, um indício do quanto a rotina familiar dessas mulheres pode ter um caráter opressor, carregado de medo e sofrimento. Os dados da tabela 24 mostram que a reação mais frequente das mulheres vítimas de violência física por parte do cônjuge é *sofrer calada* (29%), o que significa que a agressão fica contida na esfera doméstica; no entanto, a segunda reação mais mencionada, foi *sair de casa* (19%),²⁰ o que assinala, uma vez mais, a forte comoção que a experiência de sofrer violência física em casa causa às mulheres. Sair de casa significa, muitas vezes, um ponto sem retorno para essas mulheres, e a difícil decisão de deixar para trás um patrimônio construído também pelo seu trabalho e de expor os filhos às condições difíceis de uma criação sem pai. É importante notar que a denúncia do agressor (18%) comparece com praticamente a mesma proporção: esta alternativa, assim como aquela em que a entrevistada afirma que *procurou serviço de saúde* (3%), representa, em regra, a proporção dos casos em que a agressão é declarada fora da esfera doméstica e pode, assim, chegar a conhecimento e ser registrada pelos órgãos públicos.

20. Em todas as questões sobre violência, a pergunta relativa à reação admite múltiplas respostas: isto significa que uma mulher agredida pode ter, sucessivamente, sofrido calada e se decidido, a certa altura, a denunciar ou sair de casa. As proporções do quadro dizem respeito ao número total de reações mencionadas, e não de mulheres.

TABELA 23
Alguém já feriu a senhora fisicamente? (violência física)

Por quem?	%
Cônjuge/companheiro	58
Pai	10
Irmão	6
Parente masculino	5
Mãe	3
Parente feminino	1
Colega de escola	5
Colega de trabalho	2
Movimento social/sindical	1
Outros	9

Fonte: Ipea, 2012. Fonte: Elaboração dos autores.

TABELA 24
Alguém já feriu a senhora fisicamente? (violência física)
(Em %)

Como reagiu?	Cônjuge/companheiro (%)
Sofreu calada	29
Agrediu também	16
Tentou/pensou em suicídio	2
Desabafou com familiares/amigos	13
Denunciou	18
Procurou serviço de saúde	3
Saiu de casa	19
Outra	1

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Em outra questão, a pesquisa verificou, ainda, *que 11% das mulheres entrevistadas haviam já sido expulsas de casa*. O cônjuge/companheiro (46%) e o pai (26%) foram os agentes mais vezes citados. Não é preciso encarecer a situação de grande vulnerabilidade a que é submetida uma mulher, jovem na maior parte das vezes, quando expulsa da casa onde mora e privada, assim, do convívio estreito com a família. Casos de cárcere privado, em que as mulheres declararam já terem sido mantidas presas contra sua vontade, foram citados por 6% das entrevistadas; em mais da metade das ocasiões, o agente era o cônjuge/companheiro.

A *violência patrimonial*, em que as entrevistadas relatavam se alguém já havia retido ou destruído intencionalmente algum bem material delas, foi objeto de outra questão da pesquisa: 16% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido essa forma de violência, que, em geral, tem por efeito subtrair à mulher documentos, instrumentos de trabalho, valores, como forma de constrangê-la a uma posição de subordinação, reduzindo seus meios de autonomia. O agente mais citado foi o cônjuge/companheiro (35% das vezes).

Outra forma de violência investigada na pesquisa foi a *violência institucional*. Perguntou-se às mulheres se elas já se haviam sentido desrespeitadas quando precisaram ser atendidas em um serviço público ou quando quiseram fazer uso de um direito. O objetivo

era constatar o grau de exposição dessas mulheres a um tipo de violência pública, menos associado à vida familiar, e pelo qual os preconceitos de gênero, de raça ou de classe ganham expressão, por assim dizer, “oficial”, na medida em que são vocalizados por agentes ou funcionários do Estado ou de empresas privadas que prestam serviços públicos. Nas alternativas da questão, conforme se pode ver na tabela 25, foram relacionados serviços que as mulheres presentes à Marcha das Margaridas geralmente utilizam. Os resultados indicam que *56% das entrevistadas afirmaram já ter sofrido desrespeito ao recorrer a um serviço público ou ao buscarem a satisfação de um direito*.

A mesma tabela permite verificar que os serviços de saúde são, com ampla margem, os mais citados – 58% das vezes. Nos relatos de campo, puderam-se recolher ao menos dois depoimentos de entrevistadas que afirmaram conhecer pessoas que, tendo discutido com funcionários em postos de saúde em razão do tratamento dispensado a seus parentes, acabaram presas por desacato. Outras entrevistadas alegaram que a própria presença, nos postos de saúde, da placa que adverte sobre o crime de desacato a funcionário público no exercício da função tem, sobre as pessoas que procuram o serviço, um efeito de intimidação. Segundo algumas delas, a razão para não denunciarem o desrespeito que sofrem reside na situação de vulnerabilidade e dependência em que se encontram quando têm necessidade de atendimento médico.

TABELA 25

Já se sentiu desrespeitada quando tentou ser atendida em um serviço público ou fazer uso de um direito?

Por quem?	%
Gerente/funcionário de banco	6,7
Motorista de ônibus	3,8
Técnico(a) de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)	0,4
Polícia	4,3
Funcionário órgão/programa público (saúde)	58,2
Funcionário órgão/programa público (educação)	6,5
Funcionário órgão/programa público (assistência social)	2,2
Funcionário em órgão público – Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	3,8
Funcionário em órgão público (Judiciário)	3,8
Outros	10,1
Total	100

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Além dos serviços de saúde, porém uma parcela significativa das entrevistadas manifesta descontentamento com o tratamento recebido nos bancos. Esse resultado diz respeito especialmente às mulheres rurais que se dirigem às agências bancárias com o intuito de obter financiamento público às suas atividades produtivas, sobretudo por meio de programas como o PRONAF. O acesso das mulheres rurais ao crédito mereceria uma análise mais aprofundada, que não cabe fazer aqui; o ponto em questão está no desrespeito que elas afirmam sofrer – por serem mulheres trabalhadoras rurais pobres – ao buscarem os bancos para fazer valer um direito dado a elas por uma política pública que as elege como beneficiárias preferenciais. Pode-se dizer que esse tratamento discriminatório constitui um dos obstáculos à própria política de créditos e uma das razões para a baixa cobertura desta em relação às mulheres agricultoras.

Nos dados da tabela 25, destacam-se, ainda, as menções a outros dois outros serviços: a polícia (4,3%) e o INSS (3,8%).

Como se pôde constatar nos relatos nas entrevistas em campo, a relação das mulheres trabalhadoras rurais com a polícia segue, de maneira geral, os mesmos padrões que caracterizam a relação da polícia com as classes pobres. Não obstante recentes mudanças nas políticas de segurança pública pareçam indicar um processo de reconsideração crítica do papel da polícia, o funcionamento do aparato policial tem sido, historicamente, pautado pela repressão às classes mais pobres, às chamadas “classes perigosas”, no discurso policial clássico, que, para legitimar a repressão, fazia presumir a existência de classes sociais propensas, por si mesmas, à criminalidade. No Brasil, especificamente, as classes identificadas como perigosas, sobre as quais recaía a força policial, foram primeiro, os escravos – a polícia regular foi criada no país em 1808 –, e, depois, os trabalhadores pobres, os moradores das periferias (e, entre estes, dos espaços rurais), os “não integrados” de modo geral, que representavam risco para as elites. As entrevistadas que citaram ter sofrido desrespeito por parte da polícia afirmam que essa experiência se dá, algumas vezes, em abordagens policiais, em certas ocasiões marcadas pelo abuso de autoridade, e, noutras vezes, no descaso com que são recebidas em delegacias quando se decidem a prestar queixa por algum agravo de que são vítimas.

Já os relatos acerca de situações de desrespeito vividas nas agências do INSS oferecem alguns expressivos exemplos do tratamento discriminatório a que pode estar sujeita uma trabalhadora rural. Uma das entrevistadas, que se encaminhara até a agência para reivindicar salário-maternidade, contou que um funcionário pôs sob dúvida sua maternidade, alegando que ela, parecendo muito mais velha do que declarava ser, não poderia ser a mãe da criança que levava no colo; a entrevistada perguntou, em tom de revolta, se para provar que era mãe precisava dar à luz dentro da agência do INSS. Outra entrevistada relatou que, tendo ido à agência para solicitar aposentadoria, ouviu do atendente que ela, “arrumada demais” e “de unhas pintadas”, não poderia ser uma trabalhadora rural; ela contou que seu primeiro impulso foi voltar à rua e sujar as mãos de terra para mostrar que era uma mulher do campo. Esses episódios ilustram as formas de que se reveste a violência institucional, mas, longe de representarem uma disfunção localizada em determinados órgãos de Estado ou de evidenciarem o suposto despreparo de seus agentes, indicam, sobretudo, o grau de discriminação a que as mulheres, em especial as mulheres rurais pobres, estão socialmente expostas: em outros termos, o preconceito institucionalizado nesses órgãos, e externado na atitude de seus agentes, não é senão a face “oficial” de uma discriminação que tem raízes sociais e se reproduz através das instituições.

O último tipo de violência abordado no questionário foi a *violência sexual*. Para adentrar essa seção do questionário, os entrevistadores foram advertidos de que as perguntas seguintes teriam caráter muito delicado e requeriam da entrevistada permissão para continuar. O enunciado, sem conter, a exemplo dos anteriores, a palavra “violência”, indagava das mulheres se elas já haviam sofrido assédio sexual ou se já haviam sido forçadas a ter relações ou práticas sexuais contra a vontade delas. *Do total das entrevistadas, 23% responderam afirmativamente a essa questão: entre as mulheres com domicílio permanente ou intermitente no meio rural, a proporção foi de 20% – isto é, uma em cada cinco –, e, entre as que residiam na cidade, o índice chegou a 30% – três em cada*

dez. Não é supérfluo acrescentar que situações de assédio e abuso sexual envolvem, com frequência, outras formas de violência, como a física e a psicológica.

Em relação aos agentes, os dados, mostrados na tabela 26, indicam que o cônjuge/companheiro é mencionado em aproximadamente um terço das vezes (32%) em que as mulheres relatam ter sofrido violência sexual. Considerando em conjunto, no entanto, os índices atribuídos a parentes próximos – o pai (1%), o padrasto (3%), irmão (5%) e outros parentes masculinos (13%) –, é possível constatar que, em 22% das vezes em que as mulheres entrevistadas afirmam ter sofrido violência sexual, os agentes são ligados à esfera familiar. Em 27% dos casos, os agentes apontados pelas entrevistadas são conhecidos/vizinhos (17%) ou desconhecidos (10%). Chama a atenção ainda que, em 19% dos casos, as agressões se dão em espaços de estudo ou de trabalho (colegas de escola ou de trabalho respondem por 6% do total, e chefes, que se prevalecem da condição de subordinação da mulher, por 7%) ou, ainda, em espaços públicos e sociais, como os órgãos da administração e os sindicatos (funcionários públicos e membros de movimentos sociais/sindicais são, separadamente, apontados como agentes em 3% dos casos). Não deixa de espantar que essas agressões de caráter sexual transcorram em tais espaços e sejam cometidas por agentes tão facilmente identificáveis, mas os resultados que aparecem na tabela 27, dando conta das reações mais frequentes, apontam que, na maior parte das vezes, as mulheres vítimas desse tipo de violência sofrem caladas. Quando o cônjuge é o agente, por exemplo, elas têm essa reação em 54% das vezes; apenas 7% denunciam e somente 2% procuram serviço de saúde. É expressiva a proporção daquelas que saem de casa: 8%. A proporção das mulheres que sofrem caladas segue sendo a maior entre as possibilidades para todos os agentes, como mostram, por exemplo, os dados da última coluna da tabela 26.

TABELA 26

A senhora já sofreu assédio sexual ou já foi forçada a ter relações sexuais ou práticas sexuais contra a sua vontade?

Por quem?	%
Cônjuge/companheiro	32
Pai	1
Padrasto	3
Irmão	5
Parente masculino	13
Colega de escola ou de trabalho	6
Chefe	7
Funcionário público	3
Movimento social/sindical	3
Conhecidos/vizinhos	17
Desconhecidos	10

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

TABELA 27
A senhora já sofreu assédio sexual ou já foi forçada a ter relações sexuais ou práticas sexuais contra a sua vontade?
(Em %)

Como reagiu?	Cônjuge/Companheiro	Conhecidos/vizinhos + Desconhecidos
Sofreu calada	54	41
Agrediu também	3	12
Tentou/ pensou suicídio	5	0
Desabafou c/familiares	15	17
Indiferente	0	10
Denunciou	7	10
Procurou serviço de saúde	2	2
Saiu de casa	8	0
Outra	5	7

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Para essa questão especificamente, investigou-se a época da vida da entrevistada em que a violência sexual teria ocorrido. A tabela 28 aponta que a maior proporção das agressões (56%), considerando todos os agentes, teve lugar na fase adulta.²¹ No entanto, quando se excluem do número dos agentes os cônjuges e os integrantes de movimentos sociais/sindicais – tendo em conta que tanto a constituição de uma relação conjugal quanto o ingresso na militância são situações características da idade adulta –, as agressões sofridas na infância (25%) e na adolescência/juventude (36%) somam, juntas, 61% do total. Esse índice ilustra em que medida esse tipo de violência incide em etapas de vida marcadas pela fragilidade e pela desproteção, sobretudo quando a agressão parte de agentes que pertencem ao círculo familiar da mulher.

TABELA 28
Proporção dos casos de violência sexual segundo os agentes e as fases da vida das entrevistadas
(Em %)

Fase	Infância	Adolescente/jovem	Adulta
Todos os agentes	16	28	56
Exceto cônjuge/movimento sindical/social	25	36	39

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

As violências sexuais ocorrem em todas as fases de vida das mulheres. Na infância e adolescência, os agentes da agressão habitam ou frequentam a casa da família: pais, padrastos, outros parentes masculinos. Quando adultas, os cônjuges se tornam os principais agressores. Não é raro que, ao denunciarem as violências sofridas, as mulheres sejam tratadas, não como vítimas, mas como responsáveis, como provocadoras e coniventes, o que acaba inibindo que outras agressões sejam denunciadas ou sequer relatadas.

Uma sutil confirmação da influência dessa concepção da violência que culpabiliza a vítima foi inesperadamente captada por uma questão da pesquisa: perguntadas sobre as principais causas da violência contra a mulher, um percentual expressivo das entrevistadas (9%) apontava as próprias mulheres como responsáveis. Essa alternativa, que não fora antevista

21. O questionário não estabelecia nenhuma predefinição dessas faixas etárias: era a própria entrevistada que, indagada da época de sua vida em que sofrera a violência relatada, relacionava-a à sua infância, à sua juventude ou à sua idade adulta.

na formulação do questionário, teve de ser acrescentada às possibilidades previamente elencadas, em virtude da frequência com que foi mencionada pelas respondentes. Os dados da tabela 29 revelam que ela foi a quarta mais citada: as causas mais vezes referidas foram o machismo (29%), o alcoolismo (19%) e o silêncio das mulheres (16%). Entre as causas mais vezes indicadas – a pergunta permitia múltiplas respostas, e os percentuais listados a seguir dizem respeito à proporção de cada alternativa sobre o total de causas citadas, e não sobre o número de entrevistadas –, chama a atenção o fato de o alcoolismo ter sido tão reiteradamente evocado: sob certo aspecto, a correlação entre alcoolismo e violência parece circunscrever a questão da violência à esfera dos comportamentos subjetivos dos agentes. A vinculação, também bastante frequente, da violência ao silêncio das mulheres corresponde, por certo, à baixa proporção de mulheres que, nas perguntas sobre violência, afirmaram ter denunciado seus agressores e ao alto percentual daquelas que declararam ter sofrido caladas; no entanto, se antes tratava-se de constatar as formas de reação delas às agressões, nessa parte o silêncio das mulheres é anotado como uma *causa*, o que sugere que muitas das entrevistadas associam a violência contra a mulher à impunidade daqueles que a cometem.

O machismo, alternativa mais citada pelas mulheres, corresponde, de maneira geral, à percepção delas de que os homens – em especial os cônjuges e companheiros – consideram-nas subordinadas a eles; segundo as entrevistadas, os homens parecem crer que essa subordinação se legitima pela superioridade masculina e que, como “sujeitos” da sexualidade, eles julgam ter um poder sobre o feminino, como seu “objeto”. Da mesma maneira que o masculino é representado como o lugar da chefia e da decisão, ele por vezes se representa, além disso, como o poder naturalizado da violência no âmbito familiar. As entrevistadas que afirmam, como visto antes, que as mulheres têm “responsabilidade” sobre a violência que sofrem manifestam essa concepção da violência masculina como um poder “corretivo”, dotada de uma função disciplinar, cujo exercício cabe ao homem, ainda que ele “se exceda” nesse exercício.²²

TABELA 29
Quais as principais causas da violência contra a mulher?
(Em %)

O fato de as pessoas acharem que é normal	7
Alcoolismo	19
Machismo	29
Silêncio das mulheres	16
Omissão das autoridades	5
Omissão dos sindicatos/movimentos sociais	1
Falta de dinheiro/frustração dos homens	6
Superioridade física dos homens	6
É algo natural na convivência do casal	2
A responsabilidade é das mulheres	9

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

É notável, em contrapartida, que uma proporção relativamente baixa das mulheres entrevistadas (5%) tenha mencionado, como um dos motivos da violência, a omissão das autoridades no seu enfrentamento. Esse dado condiz com o reduzido acesso e

22. A discussão conceitual sobre o machismo aqui sintetizada tem por base as considerações presentes no artigo de Minayo (2005, p. 18-34).

conhecimento que as entrevistadas tem a respeito dos serviços de proteção à mulher disponíveis nos seus municípios. Conforme apurado pela pesquisa, *entre as mulheres com domicílio permanente ou intermitente rural, apenas 46% afirmam saber que, em seus municípios, existe algum serviço de apoio à mulher que sofre violência*. O índice é mais alto para as mulheres que vivem em áreas urbanas – 58%. A informação, cumpre esclarecer, não diz respeito à existência efetiva de serviços desse tipo nas proximidades dos locais de residência das mulheres entrevistadas, mas afere apenas o conhecimento que elas têm da existência deles e, portanto, a percepção que elas possuem desses serviços como recursos acessíveis e apropriados às mulheres vítimas de violência. Entre as entrevistadas que declararam conhecer tais serviços, as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams) foram, nominalmente, as mais citadas (34,1%) – 3% mencionaram as delegacias comuns –, seguidas dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) (14,1%), dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) (8%), das casas-abrigo (7%), dos sindicatos, movimentos sociais e organizações não governamentais (ONGs) (7%), dos conselhos tutelares (5,8%), das secretarias de mulheres (3,5%), do Disque Denúncia (4%) e do Disque 180 (3%); cerca de 10% das mulheres entrevistadas citaram outros tipos de serviço, sem especificá-los.

A violência sofrida pelas mulheres tem raízes profundas na nossa sociedade. Ela atravessa diferentes níveis: pauta-se pela persistente cultura de subordinação da mulher ao homem – de quem ela é considerada “propriedade inalienável” –, pela impunidade dos agressores, tratados por vezes com leniência nos âmbitos policial e judicial, e pela pouca importância que instituições do Estado dão à denúncia e ao julgamento dos crimes contra as mulheres e meninas. O enfrentamento da cultura machista e excludente necessita de novos parâmetros culturais e de políticas que atuem sobre a discriminação e façam prevalecer o princípio de que os Direitos das Mulheres são Direitos Humanos.

7 SEGURANÇA PÚBLICA

Diferentes e ancestrais formas de violência ainda estão presentes no campo, com uma baixa taxa de resolução, mesmo nos casos mais graves, como assassinatos de trabalhadores rurais e trabalho escravo. As dinâmicas da violência se transformam ao longo dos tempos, mas seguem tendo historicamente, como alvos, os grupos que lutam pelo acesso e permanência na terra, que atuam na defesa dos pobres do campo e que se empenham em conservar a floresta e o meio ambiente contra práticas predatórias. As populações rurais vítimas de violência enfrentam frequentemente dificuldades logísticas por vezes insuperáveis para procurar amparo na lei ou em serviços sociais de apoio.

A inclusão no questionário de uma seção relativa à segurança pública deve-se à sugestão das lideranças femininas entrevistadas no pré-teste da pesquisa. As conversas travadas entre a equipe e o grupo de mulheres reunido na sede da CONTAG, naquela ocasião, revelaram a necessidade de abordar tais temas, não apenas porque, além da violência relacionada às questões fundiárias, também problemas de segurança pública considerados urbanos se têm feito sentir nas áreas rurais – como o tráfico de drogas –, mas sobretudo porque as mulheres são afetadas por eles de múltiplas formas, seja como militantes da luta pela terra, seja como líderes sociais, seja, ainda, pela própria condição feminina, que as tornam expostas a outros tipos de violência – como a exploração sexual e o estupro. No entanto, a questão não indagava à entrevistada se ela havia sido vítima de algum dos tipos de violência elencados, mas tinha

por objetivo apurar o conhecimento dela acerca dos problemas de segurança pública que ocorriam na sua comunidade. O que se esperava, por meio dessa abordagem, era verificar o grau de vulnerabilidade das mulheres entrevistadas e de suas famílias em relação à violência. Cuidou-se em não restringir o sentido do termo “comunidade” a fim de que as próprias entrevistadas contextualizassem espacialmente o círculo de proximidade em que se inseria seu local de moradia. Os resultados podem ser vistos na tabela 30.

TABELA 30
Na comunidade onde a senhora vive, tem havido ultimamente algum desses problemas?
 (Em %)

	Rural	Urbana	Rural/urbana	Total
Arrombamento da casa, invasão de domicílio	60	71	63	63
Furto/roubo de ferramentas ou animais	71	73	79	72
Assaltos à mão armada	42	70	62	49
Abuso de autoridade/violência policial	29	60	42	37
Estupro/agressão sexual	40	73	57	48
Despejo ou expulsão por pistoleiros	10	13	23	12
Despejo ou expulsão por polícia	11	19	12	13
Ameaça/agressão por madeireiros/grileiros	12	12	21	13
Tráfico de drogas	62	91	79	70
Exploração sexual de crianças/adolescentes	40	72	62	49
Exploração sexual de mulheres adultas	25	63	51	35
Casos de trabalho escravo	15	34	31	20

Fonte: Ipea, 2012. Elaboração dos autores.

Os dados apresentados mostram que as proporções de respostas afirmativas para a ocorrência de todos os problemas de segurança pública relacionados são sempre maiores entre as entrevistadas com residência urbana que entre as que moram no rural. Essa circunstância também se explica pelo fato de as mulheres participantes da marcha domiciliadas na cidade estarem em permanente contato com o rural e se referirem às áreas de abrangência de sua atuação política ou sindical para informar os casos de violência que chegam a seu conhecimento. Respalda essa evidência, o fato de se registrarem percentuais maiores de problemas de segurança relacionados especificamente ao meio rural – como *furto/roubo de ferramentas ou animais* e *casos de trabalho escravo* – entre as mulheres residentes na cidade que entre as que vivem no campo. Entre as mulheres com domicílio rural/urbano, às quais se aplica com ainda mais razão o argumento da ligação próxima com a realidade rural, são mais vezes citados problemas como *ameaça/agressão por madeireiros/grileiro*, *despejo ou expulsão por pistoleiros* e *furto/roubo de ferramentas ou animais*, característicos do meio rural e relacionados à luta por terra. De outra parte, os dados permitem perceber que problemas antes reputados marcadamente urbanos, como assaltos à mão armada e, sobretudo, o tráfico de drogas, atingem já índices preocupantes no meio rural: entre as mulheres com domicílio permanente no campo, por exemplo, 62% mencionam o tráfico de entorpecentes como um problema que afeta as suas comunidades.

Destaca-se, ainda, o percentual expressivo das entrevistadas que relatam ter conhecimento de casos de exploração de trabalho escravo nas suas comunidades, ou, no caso das lideranças sociais e sindicais, em suas respectivas áreas de atuação política: no total, uma em cada cinco entrevistadas afirmou conhecer, nos locais onde vivem,

casos de trabalhadores submetidos a regimes de trabalho análogos à escravidão. Embora a comparação não seja adequada – por não se ter empregado, na pesquisa, nenhuma definição legal específica de trabalho escravo, deixando ao juízo das entrevistadas avaliar a qualidade das condições de trabalho vigentes nas suas áreas de referência –, a proporção de 20% de citações a casos de trabalho escravo agrega mais um indício à tese de que a incidência desse tipo de crime não é uma excepcionalidade, e se revela mais recorrente do que se poderia concluir a partir dos números oficiais de trabalhadores resgatados pela fiscalização do trabalho: para efeitos aproximativos, vale mencionar que o Grupo Móvel da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho (MTE), resgatou 2,5 mil trabalhadores em condições análogas à de escravo em 2011,²³ quando o número de empregados temporários em atividade agropecuária – modalidade em que a ocorrência desse tipo de trabalho é mais comum – girava em torno de 2 milhões de trabalhadores.²⁴ É importante observar que, a despeito de não estar imbuída da precisão legal que embasa os dados oficiais, a informação levantada pela pesquisa tem o mérito de privilegiar a percepção das trabalhadoras do que sejam condições degradantes de trabalho e de, ainda que apenas por meio das entrevistas, evocar situações de exploração do trabalho não alcançadas pelo aparato fiscal.

Os crimes relacionados à violência contra mulheres compõem em proporções bastante expressivas, mesmo alarmantes, no relato das entrevistadas. Como se vê na tabela 30, 40% das que residem em áreas rurais têm notícia da ocorrência de estupros e agressões sexuais nas suas comunidades; entre as que moram em áreas urbanas, o índice chega a 73%. Os dados sobre exploração sexual de crianças e adolescentes são aterradores: praticamente metade do total das entrevistadas (49%) afirma ter conhecimento da ocorrência de tais crimes nas localidades onde vivem – 40% das mulheres rurais e 72% das mulheres urbanas. Também as informações sobre exploração sexual de mulheres adultas são preocupantes: no campo, uma em cada quatro mulheres declara conhecer casos desse tipo de crime nas comunidades onde moram. Um dos objetivos metodológicos dessa questão era permitir a manifestação, sobre a violência sexual sofrida pelas mulheres, de entrevistadas que haviam preferido silenciar a esse respeito nas perguntas sobre sua experiência com esse tipo de violência. De todo modo, o mais relevante, nessa questão, não era identificar ou quantificar as entrevistadas vítimas diretas de violência, mas, antes, verificar em que medida elas, tomando por referência suas condições de vida, percebem o grau de vulnerabilidade das mulheres em geral a determinadas formas de violência.

Como foi visto noutra seção deste relatório, muitas das entrevistadas que moram no meio rural e não têm desejo de deixar o campo apontam, como razão para não migrarem, a violência existente na cidade. As informações colhidas nessa questão mostram que o campo é visto, por elas, como um local mais tranquilo, embora cada vez mais suscetível à ocorrência de problemas de segurança pública, geralmente associados aos meios urbanos. Os dados propõem ainda, como questão, a necessidade de estender aos espaços rurais o acesso a serviços de proteção e de conceber políticas de segurança pública adequadas à realidade do campo, onde a população é mais dispersa, relativamente isolada e ao mesmo tempo mais fixa, os deslocamentos são mais longos e os órgãos policiais e judiciais estão, não raro, sujeitos à influência, quando não postos a serviço, dos grupos de poder locais.

23. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A39E4F614013AD5968E702C3A/Quadro%202011%20para%20a%20internet.pdf>>. Acesso em: 6 maio 2013.

24. De acordo com a PNAD/IBGE.

8 EXPERIÊNCIAS RELATADAS, ACOLHIMENTO E ORIENTAÇÃO NO PROCESSO DA PESQUISA

A preocupação com os impactos da pesquisa sobre as entrevistadas foi uma premissa que perpassou as diferentes etapas de desenvolvimento do trabalho, em função das possíveis repercussões emocionais provocadas pela necessidade de relatarem situações traumáticas que possam ter vivenciado em algum momento de suas vidas.

Por isso, desde logo, assumiu-se o compromisso pelo respeito às mulheres rurais entrevistadas, mesmo que pudesse significar prejuízos à qualidade da informação, o que não foi um fato recorrente.

Para elaboração deste texto, foram selecionados doze depoimentos, bastante significativos dos problemas de violência enfrentados por essas mulheres. Infelizmente, não diferem em gravidade e recorrência daqueles registrados por mulheres urbanas. No âmbito desta pesquisa, a escolha levou em conta os relatos de mulheres que após a entrevista buscaram suporte e apoio. Sem consistir em um atendimento psicológico estrito, essa conversa apenas buscava auxiliá-las a resgatar suas capacidades de reelaboração do sofrimento ainda sentido e, no caso de a violência ser ainda atual, oferecer alternativas para a interrupção ou alteração da situação vivida.

Essas mulheres foram muito corajosas e francas para relatar as situações sofridas de conflito e violência. Uma participante não havia revelado até então, para ninguém, a violência sexual ocorrida na infância.

As falas aqui apresentadas foram anotadas no diário de campo do pesquisador logo após a saída das mulheres do espaço de pesquisa. As informações sobre o local de residência, idade e cor da pele foram coletadas no questionário da entrevistada. A análise desses depoimentos são consideradas como fontes de informação: ao organizá-los na forma deste relatório, busca-se conferir sentido à experiência de cada mulher entrevistada, considerando a possibilidade de estabelecer uma relação de confiança entre o pesquisador e as interlocutoras e garantindo o anonimato como condição indispensável ao desenvolvimento da pesquisa (Spink, 2004).²⁵

As doze mulheres – com idades entre 33 a 50 anos, oito negras e quatro brancas autodeclaradas –, relataram ter sofrido diferentes tipos de violência. Para quatro delas, a situação de violência ainda era atual. A violência sexual acometeu nove mulheres: destas, duas relatam a ocorrência simultânea de violência psicológica; três relataram ter sofrido, além da sexual, violência psicológica e física, e uma descreveu, além dessas modalidades, uma situação de violência patrimonial.

Em relação aos agentes que provocaram ou ainda provocam a violência na vida das mulheres, predominaram pessoas de convívio afetivo, como companheiros, ex-maridos e ex-namorados. Para cinco mulheres que sofreram violência no passado, os ex-maridos foram os agentes responsáveis, e para duas mulheres que relataram violência atual, os

25. O referencial teórico que norteou a análise foi o construcionismo social, que considera a linguagem como ação, de caráter eminentemente dialógico, produzida no interstício entre o eu e o outro. Para Bakhtin, o texto produzido é uma longa cadeia discursiva de enunciados, e estes constituem a unidade básica da comunicação verbal; é o texto que estrutura os modos de comunicação entre os humanos e possibilita a construção de sentidos sobre a realidade.

citados foram os companheiros/maridos com quem estavam vivendo. A ocorrência da violência sexual na adolescência e infância foi relatada por quatro mulheres. Uma delas foi violentada pelo padrasto na infância e na juventude e pelo patrão na vida adulta.

A violência patrimonial foi citada como atual por três mulheres. Os agentes responsáveis eram: marido, filho e grileiro. No caso da violência praticada pelo marido, a agricultora relatou que ele destruiu objetos de valor e documentos, como sua carteira de trabalho (que foi queimada). No caso do grileiro, houve destruição de objetos de trabalho da mulher e sua família, e um cômodo de moradia foi queimado criminalmente. A violência patrimonial praticada pelo filho de uma agricultora familiar, usuário de drogas, se configurou quando ele vendeu bens materiais da mãe para comprar pedras de *crack*.

Você está vendo essa marca aqui (mostra cicatriz no braço esquerdo)? Isso aqui foi no começo do problema, ele estava levando um rádio – desses que é rádio e relógio junto – levando do meu quarto e só vi que ele me olhou por baixo e foi saindo. Já vinha de muito tempo, cada dia ele levando um pouco da minha casa, coisa pequena, sumia dinheiro e eu pedindo pelo amor de Cristo, pelo amor do pai dele falecido, pelo filho dele que é bebezinho de colo, que ele precisava parar, pedir ajuda. Nesse dia, eu pedi para ele devolver, começamos a discutir e ele, que é maior que eu, bem encorpado, perdeu a cabeça. (...) Ele, bem nervoso, jogou a talha de água em cima de mim, na hora senti o corte do braço, ele olhou assustado, jogou o rádio e foi amarrar um pano, chorou muito de ver o que fazia comigo, (...) mas passado o tempo, ele volta a fazer tudo de novo. (...) Minha casa já não tem mais nada, tudo ele vendeu (...) na hora que ele perde a cabeça é xingamento, empurrões.

A violência sofrida pelas mulheres no meio rural é marcada por isolamento e solidão, o que agrava ainda mais o sofrimento e a subordinação delas à situação. Os problemas ditos de “foro íntimo” não são compartilhados em espaços sociais, e às mulheres ainda é delegada a responsabilidade de manter a integridade da família, sem expor as “vergonhas” que acompanham as situações de violência. No caso em que envolve problemas com os filhos, a sociedade ainda espera que a mulher seja responsável em prover “boa educação” para eles. Assim, ao compartilhar seus problemas, muitas vezes as mulheres são culpabilizadas por não terem dado educação “certa” aos filhos. O relato da agricultora viúva cujo filho era usuário de drogas ratifica essa situação: os vizinhos de lote a julgam “fraca, sem pulsos fortes para colocar o filho no eixo”.

É recente o avanço que as mulheres do campo e da floresta conquistaram no âmbito da participação política. O espaço de circulação social para as mulheres sempre esteve limitado à casa e à família. As mulheres não frequentavam espaços de reflexões e questionamentos, o que contribuiu para a manutenção de papéis tradicionais, como a dependência econômica aos maridos e sua subordinação à função familiar. A identificação delas a essa posição subalterna reduz ao silêncio e ao retraimento as meninas que sofrem violência e abusos.

O relato de uma agricultora entrevistada, negra, de 45 anos, chama atenção: ela nunca havia contado a experiência de ter sido vítima de violência sexual e psicológica na infância. Outros relatos, como o de uma mulher de 54 anos, ilustram o grau de vulnerabilidade a que as mulheres no meio rural estão sujeitas, pela combinação do silenciamento das meninas com o isolamento das casas e dos lotes.

Meu avô paterno faleceu e cada tio meu foi morar com um parente. Meu pai trouxe o irmão dele mais novo para nossa casa e eu era menina-moça, bem novinha, meu corpo estava sendo formado e eu percebia que ele ficava me olhando (...) foi que, um dia, todo mundo foi para o roçado e quando eu cheguei da escola ele estava em casa sozinho, ficou me olhando o tempo todo, eu sentia que deveria ir embora, mas tinha medo da minha mãe chegar e se zangar que eu não estava em casa, fazendo os trabalhos de casa. Foi então que senti, ele chegando por trás, me arrastou tirando minha roupa e abusou de mim, segurando minha boca, eu chorava e tremia por dentro, pensei que fosse morrer, senti uma dor que cortava tudo. Parecia que tudo ia se acabar para mim. Ele fez tudo que queria fazer e saiu de cima de mim. Levou minha roupa suja pra pedra e lavou. Disse que se eu abrisse a boca ele negava, e meu pai iria sofrer muito de saber que eu era uma mentirosa. Levantei chorando e tomei banho. Quando minha mãe chegou perguntou se estava adoecida, disse que sim. Me mandou pra cama. Nunca tive coragem de contar, achava que era sujo e que eles não acreditariam em mim.

Ele fez outras vezes. Muitas vezes. Sempre com medo de contar. Um dia, minha tia foi visitar a gente. Pedi pra ir embora com ela, trabalhar na cidade, ela tinha uma filha pequena, eu iria cuidar da menina. (...) Fui com 15 anos e depois de um ano que já estava morando lá, o filho dela, que era mais velho que eu, fez o mesmo comigo.

Estas ocorrências continuam ausentes nas estatísticas oficiais sobre a violência contra mulheres no Brasil. A Universidade de São Paulo (USP), em conjunto com a OMS, conduziu, em 2001, um estudo que investigou questões de saúde e violência de gênero na cidade de São Paulo e na Zona da Mata pernambucana. Os dados demonstram que 29% das entrevistadas na Grande São Paulo e 37% na Zona da Mata pernambucana relataram algum episódio de violência física cometido por parceiro ou ex-parceiro; 10% das mulheres em São Paulo e 14% na Zona da Mata relataram já terem sido constrangidas fisicamente a ter relações quando não queriam ou mesmo forçadas a práticas sexuais por medo do que o parceiro pudesse fazer. A violência sexual antes dos 15 anos foi relatada por 12% das mulheres em São Paulo e 9% das mulheres na Zona da Mata.

No caso da violência sexual contra crianças e adolescentes, a estratégia de culpabilização transfere à vítima o sentimento de que a revelação trará a ela mais sofrimento e vergonha. Relatos das participantes da marcha corroboram tal efeito: mulheres que disseram terem sido abusadas nessa etapa da vida atribuíam seu silêncio à preocupação de evitar o sofrimento dos pais ou mesmo ao risco de desonrar a família. A dúvida quanto à responsabilidade delas pelo que sofriam também era presente.

Outro aspecto que chamou a atenção em relação aos relatos das violências vividas no passado foi a extensão e duração do ocorrido – longa exposição a agressões, abusos e maus tratos, principalmente na infância e adolescência. Se ainda é alta a incidência de abusos no meio urbano, onde a maior interação social das crianças oferece maior possibilidade de escuta para situações de vitimização, no meio rural essa dificuldade é mais crítica, uma vez que as crianças e jovens permanecem longo tempo em contato somente com a família e a escola, espaço onde nem sempre é reconhecida a gravidade da violência a que a criança está exposta.

Desde os 6 anos a minha mãe me fazia levar a marmita para o meu padrasto no meio do nada, lá no roçado, onde ele trabalhava durante o dia, eu pequena, andava muito e já ia sofrendo. Ele fazia eu me sentar no colo dele, tirava minha calcinha e masturbava. Outras vezes ele me forçava a passar a mão no pênis dele e ejaculava. Imagina isso na vida de uma criança, acontecendo por anos e eu não tinha coragem de contar para ninguém.

No caso das violências atuais cujo autor é o marido ou alguém do convívio familiar, pode-se compreender que, não obstante as mulheres tenham consciência da gravidade da situação, a dificuldade de interromper a violência está atrelada à ausência de recursos, como equipamentos públicos e/ou apoio de uma rede familiar ou social. Sozinha, a mulher, presa a uma relação de dependência financeira do marido e/ou de não compartilhamento da terra, se sente mais fragilizada para conseguir sair da situação.

(...) neste dia eu passei uma noite inteira amoitada, tive que dormir no relento, no meio do mato. Ele saiu com a faca atrás de mim, e sabia que se me pegasse não ficaria nada de mim, eu corri e fiquei em silêncio, pedindo em preces para que ele amansasse, pra que eu pudesse viver. Ele se cansou de procurar e foi pra casa, lá de longe eu via o movimento (...). Os meninos ficaram chorando, não sabiam se o pai tinha me matado e voltado pra dormir. Eu sofria por eles, sabia que eles estavam lá dentro, sem poder fazer nada e pensando em mim. Essa foi a vida que levei no sofrimento com ele. Que saída a gente tem nessa hora? Pensava. Tinha que esperar a morte dele ou a minha (agricultora, 43 anos).

Os familiares foram as referências mais citadas pelas mulheres entre as pessoas de quem elas esperaram ajuda:

Muitas vezes eu ia pra casa da minha irmã, pegava a menina menor e ficava lá, até as coisas melhorarem, ele se arrependia, não dava conta de tocar a vida sem mim. Mas eu, no fundo, no fundo, não queria voltar, mas também não podia ficar estorvando a família da minha irmã, eles não tinham nada a ver com meus problemas (assentada, 51 anos).

Em virtude da dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos governamentais, serviços como o Creas, da rede de enfrentamento à violência contra mulher, só foram citados por uma mulher. A procura dela pelo serviço atendeu à necessidade de participar de um programa social do governo por meio do qual ela teria um benefício financeiro que não fosse provido pelo marido. Ao utilizar o Creas, ela tomou ciência dos serviços de orientação jurídica, e recorreu a eles para a separação.

Quando a violência física e psicológica praticada contra a mulher adulta tem como agressor um desconhecido, parece ser mais usual a busca dela por auxílio. Mas nem sempre tal recurso é de fácil acesso. Os equipamentos são urbanos e funcionam para uma dinâmica urbana, dificultando a execução de medidas de proteção na área rural. Uma agricultora, em situação de violência, contou ter registrado ocorrência na delegacia de polícia porque sofria ameaça de morte por parte de um grileiro. Depois disso, por medida de precaução, ela passou a dormir em casas de conhecidos e passou um período fora do lote. Por ocasião de uma dessas ausências, parte da sua casa foi incendiada.

A partir desses pequenos relatos, pode-se perceber a complexidade do desafio colocado para que ações governamentais de enfrentamento à violência contra mulheres do campo e da floresta sejam realizadas.

No II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), estão presentes ações específicas para a população do campo e da floresta. Tais políticas, porém, demandam articulação com outros setores envolvidos no problema, como a saúde, justiça, segurança pública, educação, assistência social, conselho tutelar, sindicatos etc. Para a população rural feminina do país, não estão consolidados programas e políticas nestes diferentes setores capazes de abarcar as especificidades do mundo rural.

Como foi relatado pelas mulheres, para qualquer atendimento é necessário que elas se desloquem até o espaço urbano, onde os serviços estão organizados para a população não rural, o que, por vezes, pode carregar de preconceito o modo com que o atendimento é feito a estas mulheres.

As ações e serviços exigem compreensões contextualizadas no viver rural para que as resoluções sejam efetivas. As ações de caráter preventivo que desconstruam os mitos e estereótipos de gênero devem, por exemplo, ser elaboradas tomando em consideração as desigualdades de poder entre homens e mulheres na área rural.

Como promover ações educativas e culturais que disseminem atitudes igualitárias e campanhas que visibilizem as violências sofridas pelas mulheres? Este desafio só será superado se sua solução for construída no diálogo com mulheres que conhecem e vivem esses conflitos.

Uma entrevistada relatou que, no dia que receava sofrer violência por parte do marido quando ele retornava da lavoura, pendurava uma toalha vermelha quadriculada no varal de casa para que a vizinha a avistasse e, entendendo o código, fosse visitá-la. Naquela noite, com a presença da vizinha, a violência era neutralizada. As mulheres do campo e da floresta têm muito a dizer e propor, mas ainda são escassos os espaços de escutas de sua experiência.

Um dos propósitos desta pesquisa foi lançar um olhar atento e respeitoso às demandas e necessidades dessas mulheres para evitar que a situação delas permaneça relegada, ainda por muitos anos, à negligência e ao abandono. Além dos atendimentos pessoais descritos nesta seção, foram recolhidos, ao longo das entrevistas, numerosos depoimentos que exprimem, mesmo que de maneira fragmentada, a percepção das mulheres acerca das situações de violência vivenciadas. Foram selecionadas a seguir algumas frases emblemáticas que representam as várias faces da violência a que as mulheres estão expostas – em todas as fases da vida, como trabalhadoras e militantes, como filhas, companheiras, mães, quer sofram em silêncio por anos, quer denunciem publicamente os abusos contra elas cometidos. Espera-se que esta pesquisa tenha sido fiel à voz das “Margaridas”:

“Para fugir dele, dormia no galinheiro ou embaixo da cama”. “Fui xingada por um desconhecido numa lotada, dei um tapa nele, ele se amedrontou, pois viu uma mulher forte e decidida”. “Fui ameaçada por madeireiros, fugi de casa e passei cinco meses fora”. “Sofri calada durante 23 anos”. “Sofri agressões, tapas, socos durante quinze anos, ele usava arma de fogo. Meus oito filhos presenciavam tudo. Fiz tratamento neurológico. Saí dessa situação com a ajuda de uma enfermeira quando tive coragem de contar”. “Minha mãe e irmãs falavam que eu tinha que tolerar as agressões do meu marido”. “Meu marido me agredia com revólver e faca enquanto eu segurava os filhos nos braços”. “Fui ameaçada de morte caso denunciasses as agressões, quis sair de casa, mas meus filhos não deixaram”. “Retirei a queixa contra meu filho por pressão da polícia”. “Um taxista me espancou no ponto de taxi enquanto esperava minha companheira sair do salão. Crime homofóbico ocorre com muitas mulheres”. “Procurei meus direitos, mas estou decepcionada com a recepção da lei, a lei não funciona na prática”. “Tive que tirar uma trompa e um ovário por causa de uma DST contraída por conta de violência sexual cometida pelo meu cônjuge”. “Quando tinha entre 5 e 6 anos fui violentada pelo marido da minha avó. Passei por problemas psicológicos até os 18 anos, quando contei ao meu pai o que tinha acontecido. Ele me levou a um centro de apoio. Deixei meu marido porque sou uma mulher fria, não o deixava me tocar”. “Quando contei às pessoas que havia sofrido violência sexual, elas se voltaram contra mim, este relato repercutiu negativamente sobre mim em toda a cidade”. “Tenho uma filha fruto de um estupro pelo cônjuge, contei a ela o que aconteceu”. “Tinha 8 anos quando fui violentada por um tio, me pai nos flagrou e bateu em mim”. “Era trabalhadora rural,

mas trabalhava numa boate, um freguês me obrigou, disse que era meu trabalho. Tenho vergonha de dizer. Era por sobrevivência, fui muito humilhada”. “Os homens que violentam, estupram e batem em mulheres são médicos, vereadores, vigilantes, patrões, homens de igreja, advogados”. “Os homens acham que são donos das mulheres”. “Mulher sempre foi tratada como ser inferior”. “A cultura do nordeste é que homem tem que mandar e mulher baixar a cabeça”. “A violência faz parte da realidade da mulher”. “Mulher tem que aprender a se impor”. “Quando somos agredidas, temos que procurar nossos direitos”. “Mulher tem que ser amada”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Presidência da República. **Mulheres do campo e da floresta**: diretrizes e ações nacionais. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2011.
- GARCIA JÚNIOR, A. R. **O sul**: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. Brasília: Marco zero: Universidade de Brasília e CNPq, 1989.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico** 2010.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório de Pesquisa**: perfil socioeconômico e condições de vida das mulheres trabalhadoras do campo e da floresta. Brasília: Ipea, 2012.
- MINAYO, Maria Cecília. Laços perigosos entre machismo e violência. **Revista ciência & saúde coletiva**, v. 10, n. 1, p. 18-34, 2005.
- NOBRE, Miriam. Censo Agropecuário 2006 – Brasil: uma análise de gênero. *In*: BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda; HORA, Karla (Org.). **As mulheres nas estatísticas agropecuárias**. Experiências em países do Sul. Brasília: MDA, 2012.
- PETRAFESA, Emília; MENEZES, Marília; MARIN, Rosa. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. Estratégias de reprodução social. NEAD/Editora UNESP, 2009. v. 2.
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o estudo. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 29-60.,
- SPINK, Mary Jane. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez Editora, 2004.
- WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Putting women first**: ethical and safety recommendations for research on domestic violence against women. Genebra: WHO; 2001 (Document, WHO/FCH/GWH/01.01).
- WOORTMANN, Klaus. Migração, família e campesinato. *In*: WELCH, C. *et al.* **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas. UNESP, SP, 2009.

EDITORIAL

Coordenação

Cláudio Passos de Oliveira

Supervisão

Andrea Bossle de Abreu

Revisão

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Cristina Célia Alcantara Possidente
Edylene Daniel Severiano (estagiária)
Elisabete de Carvalho Soares
Lucia Duarte Moreira
Luciana Bastos Dias
Luciana Nogueira Duarte
Míriam Nunes da Fonseca

Editoração eletrônica

Roberto das Chagas Campos
Aeromilson Mesquita
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Carlos Henrique Santos Vianna

Capa

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

Livraria do Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

